

BIS

R E V I S T A

ANO 12 | Nº53 | JAN/ABR 2021

 SinepMG

Sindicato das Escolas
Particulares de Minas Gerais

Educação é essencial à vida

Essencialidade das escolas e da
educação - p. 14

Pensar e planejar o retorno ao ensino
presencial - p. 34



600

ESCOLAS PARCEIRAS

POSSIBILIDADES DE FAZER O OLHO BRILHAR

Para o **Bernoulli Sistema de Ensino**, fazer o **olho brilhar é o primeiro passo para uma entrega de excelência**. E o resultado disso não poderia ser outro: crescemos em um ano atípico e **seguimos crescendo**, para que cada vez mais vidas possam ser transformadas por uma educação de qualidade.

No **Brasil ou no exterior**, nossas **escolas parceiras recebem soluções educacionais pensadas para o estudante**, com tecnologia integrada, assessoria pedagógica completa, com formação continuada em todos os momentos da parceria, e logística sempre pontual.



BIS

REVISTA

ANO 12 | Nº53 | JAN/ABR 2021

04 CARTA AO LEITOR

Zuleica Reis Ávila

10 ENTREVISTA

Na entrevista exclusiva dada à BIS REVISTA, a educadora Kátia Stocco Smole fala dos desafios educacionais com a implementação da BNCC, da Reforma do Ensino Médio, das metodologias ativas e estratégias de ensino híbrido que precisam ser incorporadas como práticas efetivas na escola.

ARTIGOS

- 14** Essencialidade das escolas e da educação
Carolina Andrade Bragança Capuruço e Débora Marques de Miranda
- 17** Pandemia à luz da inteligência emocional
Luciano Melo
- 20** A Tecnologia e o passado da Educação Superior
Elizabeth Guedes
- 22** Problemas no Paraíso?
Ayla Huovi
- 24** Com fé, um bom ano
Celso Niskier
- 26** Evidências de aprendizagem e avaliação diagnóstica formativa
Roberto Mauro Tristão
- 29** O Serviço de Inspeção Escolar em Minas Gerais e as escolas privadas
Paulo Leandro de Carvalho
- 32** “Cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”: formação docente em tempos de pandemia
Ana Cristina Gonçalves Carvalho
- 34** Pensar e planejar o retorno ao ensino presencial
Marselha Cristina de Oliveira
- 36** A Missão no currículo: Projeto de Vida em Escolas Concessionárias
Adriana Hassin Silva e Joaquim Alberto Andrade Silva
- 38** O conhecimento tem a sua beleza inerente.
Camila Frazão
- 39** O “novo normal” em período integral: a importância da relação entre escola e família
Prof.^a Marta Relvas
- 41** Educação emocionante
Paulo Volker
- 43** Passar de ano é preciso. Aprender não é preciso?
Carmen Lucia Göbel Coelho
- 45** Convivialidade, porque sonhos não envelhecem
Vivian Blaso e Sydney Cincotto Júnior
- 48** O futuro da educação no pós-pandemia: educação virtual, uma “evolução” com ressalvas
Louis A. R. Allanic

Zuleica Reis Ávila
Presidente

Fernando Caramuru Bastos Fraga
comunicacao.caramuru@sinep-mg.org.br
Editor

Lucas Reis Ávila (13.844 MG)
imprensa.lucas@sinep-mg.org.br
Jornalista responsável e reportagens

Agência Vetta
contato@agenciavetta.com.br
Diagramação

Imagens: Fotos Lucas Ávila e bancos de imagens

Impressão: Gráfica Pampulha
Tiragem: 1.000 exemplares

Correspondência, publicidade e redação:
(31) 3291-5844
Rua Araguari, 644 - Barro Preto
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-114

Matérias assinadas não refletem necessariamente a opinião da revista.

CARTA AO LEITOR

Educação é essencial



Caro (a) leitor (a),

No início da pandemia da Covid-19, em 2020, cientistas do mundo inteiro lidavam com o surgimento de um novo vírus, de alto e rápido índice de contaminação. Observou-se que as principais medidas para o controle das infecções eram o distanciamento social, o uso de máscaras e o isolamento total dos indivíduos com sintomas da doença. Estas ainda são as medidas mais eficazes contra a disseminação do novo coronavírus. No primeiro semestre de 2020, ainda não se tinha pesquisas sobre as probabilidades de contaminação nas escolas, como o índice de contágios e transmissibilidade em crianças. Por ser um espaço em que se reúnem pessoas, as escolas do mundo inteiro foram fechadas, as aulas presenciais suspensas e diversos governos optaram pela continuidade dos estudos de forma remota. Os países passaram a fazer um monitoramento rígido sobre os casos confirmados e o número de mortes causados pela Covid-19, bem como a taxa de ocupação dos leitos de UTI nos hospitais públicos e privados. Em diversos países, priorizou-se a abertura inicial do comércio nos planos de reabertura. Escolas permaneceram fechadas durante mais tempo, bem como outras atividades, como cinemas, teatros etc.

Sabe-se que, em todo o processo de reabertura, levou-se em conta questões econômicas e estratégicas para priorizar esta ou aquela atividade que deveria ser reaberta. Sabemos que o vírus não escolhe onde ou quem contaminar. Os cinemas, por exemplo, permaneceram fechados, enquanto

voos (onde se concentram pessoas de diversas localidades) eram permitidos sem se respeitar o distanciamento social dentro da própria aeronave. Bares e restaurantes, que geram muitos empregos e tributos, bem como as feiras, puderam voltar às atividades, enquanto outras permaneciam fechadas.

No segundo semestre de 2020, seis meses após o fechamento das escolas, os impactos sociais, pedagógicos e psíquicos em crianças e adolescentes passaram a preocupar as autoridades. Na Europa, cuja economia é mais sólida, as atividades educacionais foram priorizadas em função da abertura do comércio. Planos de ajudas financeiras, como facilidades no crédito e isenção de impostos, foram concedidas aos comerciantes como forma de preservar os empregos e a renda das famílias que dependiam daquela atividade comercial. As crianças e adolescentes voltaram às salas de aulas antes da aprovação de qualquer vacina, seguindo protocolos, de forma escalonada, para evitar ao máximo a propagação do vírus, como forma de diminuir os impactos e prejuízos que a falta da escola fazia. Pesquisas já apontavam uma baixa taxa de infecção e transmissão em crianças, especialmente as mais novas. Alguns casos isolados de contaminação foram noticiados dentro das escolas, que foram fechadas e interditadas por duas semanas. Posteriormente, voltaram às atividades. Os gráficos mostram que a abertura das escolas não impactou de forma significativa os índices de transmissão. Segundo a Nota Técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais "Retorno às atividades escolares

presenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus”, de dezembro de 2020, é possível observar diversos exemplos de retomadas seguras no mundo, tanto em países europeus quanto em cidades brasileiras, como algumas do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

“Sabemos que o vírus não escolhe onde ou quem contaminar. Os cinemas, por exemplo, permaneceram fechados, enquanto voos (onde se concentram pessoas de diversas localidades) eram permitidos sem se respeitar o distanciamento social dentro da própria aeronave. Bares e restaurantes, que geram muitos empregos e tributos, bem como as feiras, puderam voltar às atividades, enquanto outras permaneciam fechadas.”

É evidente que todo o controle das infecções é feito de forma abrangente, levando em conta não apenas as atividades comerciais abertas, mas também a taxa de ocupação das ruas, principalmente nos grandes centros urbanos. A escola não é um ambiente livre do novo coronavírus, apesar das últimas pesquisas apontarem que é um ambiente seguro para crianças, especialmente pela baixíssima taxa de infecção, transmissão e óbitos. Experiências em diversos países e também em cidades brasileiras mostraram que é possível a reabertura das escolas, desde que as unidades cumpram os protocolos de segurança, sem grandes impactos nos índices de contaminação. A abertura, segundo o documento “Considerações para medidas de saúde pública relacionadas à escola no contexto da COVID-19” (UNESCO, UNICEF, OMS), pode ser feita por regiões, com uma avaliação cuidadosa. À medida que as instituições voltarem a funcionar presencialmente, é fundamental acompanhar a situação da pandemia e fazer as adaptações necessárias. É recomendado, também, realizar análises mais amplas sobre os impactos da

pandemia na aprendizagem, na saúde e no bem-estar de crianças, adolescentes e profissionais da educação. O que se observou em 2020 é que, de todas as atividades consideradas importantes para o desenvolvimento humano, a escola foi deixada de lado por um período muito longo. Os prejuízos para crianças e adolescentes, principalmente as mais pobres, sem acesso à internet, são imensuráveis. Desta forma, é imprescindível que as escolas, no ano de 2021, sejam priorizadas nos processos de reabertura, quando os índices estiverem propícios à volta de algumas atividades. Em setembro de 2020, a OMS, Unicef e Unesco divulgaram um documento orientador recomendando que a volta às aulas deve ser prioridade na reabertura das economias. Segundo a ONU, nada é mais importante do que a reabertura de estabelecimentos de ensino quando os índices estiverem propícios. Segundo a Unicef, as escolas fechadas por muito tempo têm impacto devastador: as crianças ficam mais expostas à violência física e emocional, vulneráveis ao trabalho infantil e a abusos sexuais, bem como obesidade e depressão. Além disso, com a falta da escola, muitas famílias têm deixado as crianças da Educação Infantil em espaços clandestinos, ou mesmo com cuidadores não preparados.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) de 2020, da Unesco, mostra uma análise profunda sobre os principais fatores da exclusão de estudantes em sistemas educacionais de todo o mundo, incluindo histórico, identidade e habilidades. O documento aponta um aumento da exclusão durante a pandemia da COVID-19 e estima que cerca de 40% dos países de renda baixa e média-baixa não apoiaram os estudantes desfavorecidos durante o fechamento temporário das escolas.

Contaminação e transmissibilidade em crianças e adolescentes

É muito cedo para se ter conclusões definitivas sobre o índice de contaminação e transmissão em crianças. Mas pesquisadores do mundo inteiro têm percebido que estes índices são bem menores

em crianças abaixo dos 16 anos que em adultos. Segundo a Nota Técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais “Retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus”, de dezembro de 2020, “ao contrário do que inicialmente se imaginou, e que foi um dos fundamentos para que 107 países tenham decretado a suspensão das atividades escolares presenciais até março de 2020, o impacto e a dinâmica do vírus SARS-CoV-2 entre as crianças evidenciaram comportamento diferente daquele observado nas epidemias causadas por vírus influenza, nas quais o fechamento das escolas tinha sido considerado uma das estratégias necessárias de controle da transmissão em quatro revisões sistemáticas”.

Na Islândia, por exemplo, cientistas da Direção de Saúde do país e da deCODEgenetics, empresa de genoma humano de Reykjavik, capital, “monitoraram todos os adultos e crianças que foram mantidos em quarentena no país após uma possível exposição à doença no segundo trimestre de 2020, por meio do rastreamento de contatos e sequenciamento genético, a fim de identificar elos entre diferentes grupos que geraram surtos da doença. Esse estudo com 40 mil pessoas concluiu que menores de 15 anos tinham cerca de metade da probabilidade dos adultos de serem contaminados e apenas metade da probabilidade dos adultos de transmitirem o novo coronavírus a outras pessoas. Quase todas as transmissões de SARS-CoV-2 a crianças se originaram em adultos”.¹

“É muito cedo para se ter conclusões definitivas sobre o índice de contaminação e transmissão em crianças. Mas pesquisadores do mundo inteiro têm percebido que estes índices são bem menores em crianças abaixo dos 16 anos que em adultos.”

A análise islandesa faz parte de uma publicação recente de estudos em grande escala “que confirmam a conclusão de que adultos contaminados representam um risco maior a crianças do que crianças a adultos. Esses estudos podem contribuir para que autoridades tomem decisões esclarecidas ao determinar quando devem ou se devem fechar escolas, já que esses fechamentos são prejudiciais às crianças. Além dos ensinamentos acadêmicos imprescindíveis, as escolas prestam diversos serviços essenciais às comunidades. Por essa razão, na semana passada, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos recomendaram que as escolas fossem “os últimos estabelecimentos a fechar” e “os primeiros a reabrir”.”²

Contudo, ainda que as crianças em geral sejam menos suscetíveis ao novo coronavírus, quando ocorre um novo surto de Covid-19 em uma cidade ou comunidade, os riscos em escolas podem aumentar. Desta forma, o retorno seguro só deve ocorrer em taxas de transmissão seguras em um município e desde que sejam tomadas todas as medidas de precaução.

Segundo a PEBMED, portal de conteúdo fundado por médicos da Universidade Federal Fluminense, “dentre as diferentes hipóteses para a predominância de quadros leves da doença em crianças, alguns estudos sugerem que: as crianças > 12 meses já começam a desenvolver células T de memória para diversos vírus respiratórios frequentes que podem gerar resposta imune cruzada ao SARS-CoV-2; as vacinas administradas a curto prazo prévio poderiam favorecer a imunidade para Covid-19; o sistema imune em crianças ainda está em processo de maturação, em desenvolvimento, o que pode estar relacionado à resposta inflamatória parcial à infecção por SARS-CoV-2 resultando em casos leves (Patel et al., 2020; Zhou et al. 2020).”³

O portal mostra estudos recentes sobre a contaminação e contágio entre crianças e adolescentes. As referências bibliográficas dos estudos citados podem ser encontradas no site

1- Disponível em <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/12/criancas-apresentam-metade-do-risco-de-contaminacao-e-transmissao-da-covid-19>

2- Disponível em <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/12/criancas-apresentam-metade-do-risco-de-contaminacao-e-transmissao-da-covid-19>

3- Disponível em <https://pebmed.com.br/transmissao-da-covid-19-por-criancas-o-que-sabemos-ate-agora/>

presente na nota de rodapé deste texto. “Posfay-Barbe e Cols (2020) avaliaram os casos pediátricos de infecção por SARS-CoV-2 em pacientes < 16 anos no período de março a abril de 2020, registrados na rede de vigilância do Geneva University Hospital, Suíça, e seus contactantes. Dentre os 39 pacientes com a faixa etária citada positivos para SARS-CoV-2, verificou-se que em 79% (31/39) dos casos de doença infantil, os adultos contactantes (pais ou irmãos) eram casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 previamente ao aparecimento dos sintomas nas crianças ou adolescentes. Em 8% dos casos (3/39), os pacientes pediátricos apresentaram sintomas anteriores aos adultos contactantes.”⁴

“A escola não é um ambiente livre do novo coronavírus, apesar das últimas pesquisas apontarem que é um ambiente seguro para crianças, especialmente pela baixíssima taxa de infecção, transmissão e óbitos. Experiências em diversos países e também em cidades brasileiras mostraram que é possível a reabertura das escolas, desde que as unidades cumpram os protocolos de segurança, sem grandes impactos nos índices de contaminação.”

Na revisão apresentada por Lee & Raszka (2020), os autores defendem a hipótese de que o potencial transmissor de crianças para adultos é pequeno, com poucos casos extradomiciliares, sem evidência de casos secundários nos estudos citados. Sugere-se que devido ao quadro assintomático ou leve na população infantil, os quadros de tosse seriam menos frequentes, com menor disseminação de partículas aéreas. Adicionalmente, Kuttiatt et al. (2020) relembram que o fechamento prolongado de instituições educacionais infantis reflete em efeitos negativos psicossociais para as crianças, além dos efeitos secundários e econômicos familiares. O desenvolvimento infantil não pode ser substituído definitivamente por plataformas

virtuais de ensino ou por períodos longos, considerando especialmente devido à Covid-19 em crianças corresponder a menos de 2% dos casos totais na população.⁵

Segundo um documento protocolado no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do movimento “Pais pela Educação”, composto por uma equipe de médicos pediatras de Belo Horizonte que estudam o desenvolvimento da Covid-19 em crianças, “revisões sistemáticas da literatura mundial, incluindo mais de 70 países do mundo e o Brasil, demonstram também um padrão mais benigno evolutivo na faixa etária pediátrica (0 a 19 anos) em relação aos adultos. Crianças e adolescentes infectados apresentam, na grande maioria dos casos (85 a 95%), formas assintomáticas ou leves e moderadas da doença na fase aguda. Menos de 5% evoluem de forma grave ou crítica, sendo raríssimos os óbitos. As internações hospitalares em menores de 19 anos foram menos frequentes, variando entre 2,5% e 4,5% das internações, sendo a necessidade de internação em terapia intensiva menor que 1%. De acordo com Boletim Epidemiológico da Prefeitura de Belo Horizonte, publicado em 19/11/2020, nenhuma criança menor de 10 anos faleceu em consequência da Covid-19 no município e apenas um adolescente evoluiu para o óbito”.

A Sociedade Brasileira de Pediatria emitiu um novo documento baseado em dados científicos, onde afirma que “grande parte das crianças, quando infectadas, não apresenta sintomas, fato que, provavelmente, reduz as chances de que transmita de forma intensa o vírus, ao contrário do que ocorre com os pacientes sintomáticos”.⁶ Segundo a SBP, “crianças e adolescentes representam um percentual substancialmente menor de mortes e hospitalizações associadas à Covid-19. Nos Estados Unidos, de acordo com os dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (em inglês, Centers for Disease Control and Prevention - CDC), as mortes em crianças e adolescentes de 0 a 21 anos representaram aproximadamente 0,1% do total de mortes associadas à Covid-19. No Brasil, fenômeno similar é observado com o grupo etário de 0 a 19

4- Disponível em <https://pubmed.com.br/transmissao-da-covid-19-por-criancas-o-que-sabemos-ate-agora/>

5- Disponível em <https://pubmed.com.br/transmissao-da-covid-19-por-criancas-o-que-sabemos-ate-agora/>

6- Disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/SBP-RECOMENDACOES-RETORNO-AULAS-final.pdf

anos, representando aproximadamente 0,7% do total de mortes associadas à doença, apesar destes segmentos etários constituírem mais de 25% da população destes dois países. Reconhece ainda que as hospitalizações de crianças e adolescentes também ocorrem em número substancialmente mais baixo do que entre os adultos, representando em geral, aproximadamente 2% a 3% do total de admissões hospitalares atribuído à Covid-19 em diversos países”.

“A Sociedade Brasileira de Pediatria emitiu um novo documento baseado em dados científicos, onde afirma que “grande parte das crianças, quando infectadas, não apresenta sintomas, fato que, provavelmente, reduz as chances de que transmita de forma intensa o vírus, ao contrário do que ocorre com os pacientes sintomáticos.”

Ainda segundo o documento protocolado no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do movimento “Pais pela Educação”, “a taxa de infecção entre crianças mais novas em idade escolar e de alunos para professores tem sido baixa. Também houve poucos relatos de crianças sendo a fonte primária de transmissão de COVID-19 entre membros da família. Isso é consistente com os dados de testes de vírus e anticorpos, sugerindo que as crianças não são os principais condutores do COVID-19 disseminados nas escolas ou na comunidade. Uma publicação importantíssima na Pediatrics, por Lee e colegas, afirma categoricamente que as crianças em idade escolar não são os principais vetores de transmissibilidade como pensava-se antes. E que a abertura das escolas não impactaria no aumento da taxa de infecção. Além disso, as escolas abertas minimizariam os custos sociais, de desenvolvimento e de saúde potencialmente profundos e adversos que nossos filhos continuarão a sofrer até que um tratamento ou

vacina eficaz possa ser desenvolvido e distribuído ou, na falta disso, até atingirmos a imunidade coletiva”. Segundo a Nota Técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais “Retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus”, de dezembro de 2020, “uma revisão sistemática publicada pela revista JAMA em setembro de 2020, incluindo 32 estudos em diferentes países, revelou que crianças e adolescentes menores de 20 anos têm 44% menos razão de chance de se infectar após exposição com contato infectado pelo SARS-CoV-2 em comparação com adultos maiores de 20 anos. O resultado é ainda mais marcante entre crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos. A literatura médica indica que a susceptibilidade à infecção pelo SARS-CoV-2 geralmente aumenta com a idade sendo a distribuição de casos menos frequente em menores de 10 anos”. Ainda segundo o documento, “evidências foram construídas ao longo da pandemia a partir de rastreamento de casos e contactantes mostram que as crianças são menos susceptíveis à infecção pelo novo coronavírus do que adultos e que há uma prevalência mais baixa da doença COVID-19 em crianças do que em adultos. Os estudos mostram que, na maioria dos casos, as crianças adquirem o vírus por contato com um adulto e há poucos relatos de transmissão criança-criança”.

Danos emocionais e de aprendizagem às crianças e adolescentes

Diversos profissionais, como especialistas em educação e pediatras, têm consenso de que a falta das aulas presenciais causa diversos danos psicológicos para as crianças, especialmente as mais novas. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendada pela Fundação Lemann, mostra que a educação brasileira pode retroceder até 4 anos nos níveis de aprendizagem devido à necessidade de suspensão das aulas presenciais na pandemia de Covid-19, com o agravante da dificuldade no acesso ao ensino remoto. Esse é considerado o pior cenário, em que os estudantes não teriam aprendido o conteúdo durante o ensino remoto.⁷ As dificuldades impostas pela pandemia fizeram com que 4 milhões de

7- Disponível em <https://fundacaolemann.org.br/materiais/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-a-pandemia>

estudantes brasileiros, com idades entre 6 e 34 anos, abandonassem os estudos no ano passado. Com isso, a taxa de abandono escolar chegou a 8,4% em 2020, segundo pesquisa C6 Bank/Datafolha. Entre os que pararam de estudar no ano passado, 17,4% não têm intenção de voltar em 2021.⁸

“Diversos profissionais, como especialistas em educação e pediatras, têm consenso de que a falta das aulas presenciais causa diversos danos psicológicos para as crianças, especialmente as mais novas.”

O resultado de um questionário aplicado e respondido por mais de 300 pessoas de Belo Horizonte no mês de setembro de 2020, mostra que cerca de 80% das crianças apresentaram três ou mais sintomas de depressão. O maior impacto deste tipo de transtorno é observado quando ocorre na faixa etária abaixo dos onze anos. A escola não é apenas o local em que se desenvolve o processo cognitivo e psicomotor das crianças, mas também onde há socialização e senso de pertencimento do mundo. De acordo com o documento protocolado no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do movimento “Pais pela Educação”, assinado por médicos pediatras, “quando privamos as crianças de irem às aulas, tiramos grande parte da sua base social e geramos um quadro de estresse mental, aumentando o nível de cortisol em seu organismo. Cortisol é o “hormônio do estresse”, que em um cérebro em formação, devido à sua vulnerabilidade, pode gerar consequências a longo prazo. E quanto mais tempo a criança ficar exposta à essa alta quantidade de cortisol, piores serão as consequências”.

Pela priorização da educação na retomada das atividades

É imprescindível que o retorno às aulas presenciais, em especial da Educação Infantil,

seja priorizado no processo de reabertura das atividades econômicas dos municípios mineiros que se encontram fechados. É fundamental que sejam minimizados os impactos na saúde mental das crianças que já estão apresentando sintomas de depressão, ansiedade, dentre outros. Quanto mais tempo afastados da escola, maiores serão os danos.

O SinepMG irá se esforçar em todos os âmbitos para garantir esse direito opcional às famílias que assim desejam, levando em consideração a segurança e a vida dos estudantes e profissionais da educação. É preciso também respeitar as famílias que não se sentem seguras em levar seus filhos às escolas, sendo garantida a oferta de ensino remoto. A escola é o ambiente do conhecimento cognitivo, social, emocional, motor e espiritual ou transcendental. Por isso, tendo em vista as evidências aqui apresentadas, é possível incluir as escolas, com segurança, nos processos de retomada das atividades dos municípios. Não deixemos a educação de lado, vamos nos preocupar com o futuro de nossas crianças e adolescentes. Não há desenvolvimento sem educação.

Atenciosamente,



Zuleica Reis Ávila
Presidente do SinepMG

8- Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml>

Crédito: Mariana Leal



A escola vai mudar, mas nem tudo

▶ KÁTIA SMOLE

Na primeira edição de 2021, a BIS REVISTA entrevistou a educadora Kátia Stocco Smole, diretora executiva do Instituto Reúna, fundadora do Instituto Mathema, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Foi Secretária de Educação Básica do MEC (Ministério da Educação), foi membro do Conselho Nacional de Educação (e é membro da Comunidade Reinventando a Educação, associação presente no Brasil e na Espanha). Kátia tem mais de 20 anos de experiência na área de Educação, com doutorado e mestrado em Educação com ênfase em ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de São Paulo. Na entrevista, além dos desafios educacionais com a implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, Kátia diz que as metodologias ativas e estratégias de ensino híbrido precisam ser incorporadas como práticas efetivas na escola.

Como você enxerga o atual cenário das aprendizagens na Educação Brasileira frente a contextos tão desiguais? Na sua visão, qual deve ser o foco pedagógico em 2021 das escolas privadas e públicas?

O Brasil tem desafios educacionais que vêm de longa data. Avançamos muito no acesso, mas somos devedores no que diz respeito à qualidade da Educação ofertada, em especial no que diz respeito aos resultados da Educação pública. A pandemia agravou o cenário por várias razões, dentre as quais o tempo sem aulas presenciais, a falta de acesso dos estudantes e docentes

aos recursos de tecnologia, pouca experiência das escolas e docentes com Educação híbrida entre outros. Se há um lado bom nesse cenário, é o fato de termos currículos alinhados à BNCC. Essa conquista nacional de 2018 fez com que houvesse um norte. Em uma pesquisa com professores de Educação básica de todo Brasil publicada em outubro de 2020, realizada numa parceria Data Folha/

Fundação Lemann, 90% dos professores têm na BNCC e nos Currículos a ela alinhados uma sólida referência para apoiar suas ações, o que permite ter esperança de que as coisas não se percam ainda mais no que se refere a garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes em qualquer escola, seja ela pública ou particular. Nesse ano de 2021, no entanto, temos alguns desafios, entre eles a ideia de continuum curricular, isto é, garantir as aprendizagens focais relativas aos anos de 2020 e 2021, evitando que tenhamos uma visão de “dar todo o conteúdo de dois anos”, mas focando nas habilidades mais nucleares de cada componente. Saber onde os estudantes estão e avançar também é importante, assim, além da priorização curricular, avaliação diagnóstica, formativa e um bom planejamento são essenciais. Saber o que ensinar, para quem se ensina e como se ensina em um cenário de ensino híbrido é inegociável.

Durante a pandemia, houve um desafio muito grande para professores de Matemática e Ciências, que tiveram que abusar da criatividade para ministrar conteúdos que podem ser complexos no ensino 100% remoto. Qual foi o maior aprendizado?

Eu creio fortemente que os professores entenderam o sentido mais profundo do termo “aprendizagem baseada em problemas”, porque eles foram desafiados a sair da frente do quadro branco, ou de giz, a rever o modelo baseado em

“explica, presta atenção, faz e corrige exercícios”, para buscar outras formas de atuar. Conheci um grupo de professores de matemática que teve a ideia brilhante de atingir mais alunos dando aula em uma rádio comunitária. Um outro grupo, que tem por hábito trabalhar com jogos e experimentação em matemática e ciências, acabou contando com os pais como parceiros nas aulas online. Houve quem, acostumado a propor painéis na sala de aula física para discutir diferentes formas de resolver problemas, transpôs esse formato para o virtual, descobrindo aplicativos gratuitos como o Padlet. É a reinvenção do próprio educador, não é? Criar soluções para problemas novos fez o professor estudar novos cenários, pesquisar formas de inovar na aula. Agora é analisar essa experiência e refletir a respeito da prática, registrar as experiências bem-sucedidas, analisar o que pode ser melhor e usar isso para sempre. Metodologias ativas e estratégias de ensino híbrido precisam ser incorporadas como práticas efetivas, uma forma inegável de criar na aula um clima que traga esforço produtivo e desejo de saber mais.

“Saber onde os estudantes estão e avançar também é importante, assim, além da priorização curricular, avaliação diagnóstica, formativa e um bom planejamento são essenciais. Saber o que ensinar, para quem se ensina e como se ensina em um cenário de ensino híbrido é inegociável.”

Na sua concepção, as escolas, de um modo geral, já estão em um estágio razoável de compreensão da Base Nacional Comum Curricular ou há um cenário de desconhecimento bastante preocupante?

Em minha opinião há de tudo. Há redes e escolas que conhecem bastante, assim como os professores. Haja vista que 90% dos educadores confiam que as perdas na aprendizagem serão menores porque eles podem se apoiar na BNCC e nos Currículos Referenciais. Mas o caminho para conhecimento profundo e para implementação nos moldes como se espera ainda, será longo. O Brasil vinha numa caminhada boa, com a implementação dos currículos e a formação docente iniciada, com o alinhamento dos materiais didáticos e dos projetos pedagógicos das escolas em fase de implementação, quando a pandemia chegou. De alguma forma, precisaremos retomar o processo. O Instituto Reúna, que eu lidero, assim como o Mathema, que eu fundei, com inúmeras outras instituições do terceiro setor, Consed e Undime, têm atuado para desenvolver produtos de apoio a escolas, educadores e redes. Mapas de Foco da BNCC, Plataforma de Apoio à Aprendizagem, Percursos Formativos entre outros. São materiais e ferramentas alinhados à BNCC e que podem colaborar para manter a caminhada na direção de que mais e mais equipes conheçam as mudanças que ela traz e, assim, garantir que ela cumpra sua missão como estratégia essencial para o

cumprimento da meta 7 do Plano Nacional da Educação e a ODS 4 da Agenda 2030 da ONU: garantir equidade com qualidade na aprendizagem de todos os estudantes, independente do endereço da escola em que estudam. Isso o Brasil não pode perder de vista. Nós precisamos, como líderes educacionais e educadores nas diversas esferas em que atuamos, defender que a implementação da BNCC siga como política de estado e não partidária. Devemos essa qualidade aos milhões de estudantes que são a esperança desse país para um futuro melhor. Afinal, os estudantes não são problemas, eles são solução.

“Nós precisamos, como líderes educacionais e educadores nas diversas esferas em que atuamos, defender que a implementação da BNCC siga, como política de estado e não partidária. Devemos essa qualidade aos milhões de estudantes que são a esperança desse país para um futuro melhor.”

Vamos falar sobre o Novo Ensino Médio? Em 2021, alguns Estados irão homologar seus currículos. Espera-se que até 2022 o restante dos Estados o façam. Você enxerga algum cenário possível de adiamento dessas transições?

Sou apaixonada por educação e, mais ainda, pela proposta do Novo Ensino Médio. Ela é desafiadora, sem dúvida, mas inovadora, muito atual e com potencial de, finalmente, criar, em escala, uma Educação na etapa final da Educação básica que esteja alinhada com a juventude, dando aos estudantes um sentido para esta escola que ele frequenta sem, muitas vezes, saber por quê. O Brasil caminhou muito no desenho da arquitetura curricular do Novo Ensino Médio graças à atuação da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do CONSED, do Grupo de trabalho do Novo Ensino Médio do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação-Fonced que, apoiados por diversas organizações da sociedade civil, mobilizaram as equipes estaduais de currículo para que, no momento desta entrevista, 5 unidades federativas já tivessem seus currículos aprovados nos respectivos Conselhos de Educação, 17 estejam com seus referenciais curriculares entregues aos respectivos conselhos, devendo ser aprovados até final de fevereiro, 4 UFs estejam com seus referenciais na etapa final de consulta pública ou revisão após leituras críticas especializadas e 6 UFs estejam em fase de redação. É um avanço e tanto. Além disso, o Ministério da Educação está conduzindo o PNLD do Ensino Médio que consideram a BNCC desta etapa e os pressupostos da reforma trazida pela lei 13415-2017 e, em especial, temos o INEP reformulando suas matrizes de avaliação do ENEM, bem como o próprio exame para que esteja alinhado com o novo cenário. Não é pouco. O Estado de São Paulo começa a implementar o seu currículo desta etapa em 2021, incluindo as primeiras ações para ensinar

os estudantes a escolherem sua trajetória. Outros estados iniciarão pilotos em suas redes. Em 2022, esperamos que seja em maior escala. Haverá diferenças na implementação, mas não devemos ter atrasos nesse processo. A Pandemia não vai retardar essa implementação, há muitas possibilidades de apoio e incentivo. Acredito muito que haverá ajustes, mas não recuos.

Quais são os principais desafios que as escolas de ensino médio poderão encontrar na estruturação da arquitetura curricular de seus itinerários formativos?

Na minha opinião, o maior desafio é mudar o mindset das próprias escolas e seus educadores. Acostumamos-nos a ter uma proposta única. Não atuamos para que os estudantes aprendam a escolher. Ainda é novidade organizar os itinerários a partir da escuta dos estudantes, entender o papel das áreas, implementar o itinerário de educação profissional e técnica. Há questões que precisam ser mais esclarecidas, como as novas formas de atribuição de aula dos docentes, a formação das equipes escolares e as formas de ofertar as escolhas. Mas a lei permite muita inovação, ela tem abertura para fazermos com calma, sem esquecer que, no caso do ensino médio, não temos apenas um realinhamento do documento curricular, mas o desenvolvimento de uma arquitetura toda para acolher as mudanças.

É sabido que várias escolas de ensino médio, inclusive privadas, por

terem apenas uma turma, única, terão imensa dificuldade de estruturar itinerários formativos, garantindo escolhas aos estudantes. Quais suas sugestões em relação a esse desafio?

Na verdade, temos muitas ideias pré-concebidas e arraigadas em relação a isso. Minha experiência mostra que há luz nesse caminho, apesar de num primeiro momento vermos primeiro os problemas e colocarmos obstáculos. Em certa medida, essas preocupações surgem porque pensamos as mudanças à luz do que estamos acostumados, do que fazemos hoje, da nossa história do mesmo ensino médio para todos. Primeiro não é necessário que tudo seja feito apenas em uma escola, a lei e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio aprovadas em 2018 preveem possibilidades de parcerias entre escolas, entre escolas e outras instituições. Há a autorização para que 20% da carga horária seja feita a distância, com mediação de tecnologia, o que permite desenvolver itinerários online, por exemplo. Há possibilidade de projetos, de organização de disciplinas eletivas. Enfim, estudar a lei e as DCNEM é essencial. Dar uma chance à inovação também. Nós temos modelos desse tipo em outros países. Dirigentes de escolas privadas muitas vezes já foram conhecer experiências inovadoras em outros países e se maravilharam. Por que serve lá, mas não aqui? Por que não ousar pensar fora da caixa? Por que não se render ao fato de que este modelo que temos hoje não atende mais aos jovens?

Pode atender aos adultos, de um determinado segmento, pode atender ao costume que temos de achar que ofertar tudo igual para todos é uma forma de atender a todos igualmente, mas sabemos que não é. Vemos, todos os dias, o desinteresse dos jovens crescer por essa escola que não se identifica mais com uma geração tecnológica, que deseja fazer mais, quer escolher sua trajetória, atuar mais ativamente em sua própria vida.

“Criar soluções para problemas novos fez o professor estudar novos cenários, pesquisar formas de inovar na aula. Agora é analisar essa experiência e refletir a respeito da prática, registrar as experiências bem-sucedidas, analisar o que pode ser melhor e usar isso para sempre.”

Recentemente, o governo federal reestruturou o SAEB e já em 2021 teremos, na primeira série do ensino médio, um primeiro exemplo concreto do SAEB seriado. Na sua opinião, trata-se de um avanço para a educação brasileira? Na sua concepção, um SAEB seriado não contradiz uma BNCC do ensino médio que não se divide por séries?

Eu vejo um esforço de atualização das propostas

de avaliação. Penso que teremos que ver como será o alinhamento das matrizes com a BNCC e, posteriormente, com a arquitetura do Novo Ensino Médio. Na forma como está proposto, pelo menos por hora, não compromete integralmente a reforma, uma vez que as provas da 1a e 2a série são para Língua Portuguesa e Matemática, que são componentes obrigatórios nos três anos do médio. O fato de não incluir todas as áreas, de certa forma, resguarda os pressupostos da organização flexível das habilidades em função dos projetos das escolas. O desafio estará na última prova, que precisa contemplar todas as áreas da BNCC e mais os itinerários formativos, em particular em seus eixos estruturantes. Somente aí, nessa finalização, veremos concretamente qual o alinhamento, ou qual o comprometimento que causará na reforma como um todo, em especial na flexibilização curricular que é marca indelével da nova proposta.

Você acredita que a pandemia irá mudar, como um todo, a forma que vemos o fazer educacional?

Acho que vai mudar muito sim, teremos cada vez mais espaço para metodologias ativas, para ensino híbrido, ampliaremos espaços e tempos do estudante para além da escola. Mas não mudará tudo. Nunca prescindiremos da escola física, nem da presença fundamental do professor. Afinal, como lemos muitas vezes em Paulo Freire, educação se faz em presença de educar e educando. Essa relação é, e seguirá sendo, um direito inalienável do estudante.





Essencialidade das escolas e da educação

Carolina Andrade Bragança Capuruço (Pediatra e Cardiopediatra, mestre pela UFMG)

Débora Marques de Miranda (Pediatra e Professora Associada do departamento de pediatria da UFMG)

A pandemia alcançou e foi implacável em modificar e frequentemente atrapalhar a vida de todos. Foi brutal para aqueles que perderam condição de sustento e pior ainda para aqueles que perderam familiares ou mesmo a vida. Fomos obrigados a adaptar-nos à nova rotina e às incertezas do momento. Nossa sociedade foi profundamente afetada nas esferas sociais, físicas e mentais. Em um primeiro momento, o fechamento das escolas foi necessário até que compreendêssemos melhor a dinâmica da doença, as nuances da transmissibilidade e os riscos envolvidos em cada faixa etária. Fechar é uma medida emergencial para quando não temos nenhum conhecimento ou domínio da situação. Acertadamente, fechamos, arrastamos a disseminação e provemos tempo para que o setor de saúde e os governos pudessem se preparar para as próximas etapas da pandemia. Os leitos e suporte de saúde deveriam ser providenciados, para termos a tranquilidade das vidas poupadas.

Após alguns meses, estudos diversos registraram maior benignidade do quadro nas

crianças com menor proporção casos graves (< 2,4%) ou críticos (0,2%) comparados a outras faixas etárias. A transmissão em ambiente escolar, assim como qualquer setor, pode ser afetada pelos níveis de transmissão na comunidade. É muito importante a colaboração de todos para a redução da propagação do vírus. Tanto a literatura científica quanto boletins epidemiológicos revelam que as crianças foram o caso-índice em menos de 8% das transmissões intradomiciliares. Adultos que saem diariamente para trabalhar têm uma probabilidade muito maior de infectar seus familiares do que as crianças. Crianças menores de 10 anos transmitem pouco. Os adolescentes podem ser propagadores, assim como os adultos, entretanto, eles têm maior capacidade física e cognitiva de usar máscara e respeitar protocolos. Estudos variando de 90 mil a 12 milhões de participantes demonstraram que a transmissão dentro das escolas foi responsável por uma minoria de todos os casos. Em geral, a reabertura das escolas não influenciou na piora da transmissão ou na curva óbitos, exceção de países ou localidades que não usaram protocolos de segurança.

Além da baixa transmissão ainda não foram realizados testes das vacinas em crianças e não há ainda previsão para início da vacinação dessa faixa etária. É importante reafirmar que a vacinação prioritária de professores e colaboradores da comunidade escolar pode ser um fator de segurança para todos no retorno.

“Se, por um lado, a letalidade em crianças é menos de 1% da mortalidade dos infectados pelo Sars-CoV-2, o prolongamento do isolamento social e a falta de escolas trouxe graves danos à saúde física e mental das crianças.”

Se, por um lado, a letalidade em crianças é menos de 1% da mortalidade dos infectados pelo Sars-CoV-2, o prolongamento do isolamento social e a falta de escolas trouxe graves danos à saúde física e mental das crianças.

“A maioria dos países do mundo já entendeu a importância da escola e da educação na sociedade. Mesmo em momentos de caos e taxas de transmissão alarmantes, as escolas foram as últimas a serem fechadas e têm sido as primeiras a reabrir.”

O desenvolvimento infantil pode ser comprometido, a saúde mental e física podem ter impactos de formas já observadas e outras nem mesmo imaginadas. Miopia, de obesidade a insegurança alimentar, ansiedade, depressão, insônia e aumento do uso de telas; todos esses já estão descritos e precisarão da nossa intervenção. A interrupção da atividade escolar também prejudica profundamente o aprendizado e aumenta o risco de evasão escolar. Quanto maior vulnerabilidade social, mais essas crianças estão expostas a riscos e possuem ensino remoto inadequado ou inviável. Muitas crianças estão aglomeradas em ambientes públicos ou comunidades nada adequados, várias sendo cuidadas por outras crianças e outras sendo vítimas de traumatismos e abusos físicos e mentais. Um estudo conduzido pela UNICEF e Ministério Público do Estado de SP mostra que 83% dos estupros, durante a pandemia, ocorreram dentro de casa, sendo 3 crianças a cada 4 vítimas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública relatou que “abortos legais em hospitais referência no Brasil dispararam na pandemia. Houve um

aumento nos casos de gestação em meninas e adolescentes estimando um aumento de quase 100% em relação ao ano de 2019.”

Escolas são serviços essenciais! A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Professores são atores centrais na educação. O papel das escolas vai muito além do conteúdo programático. Elas são locais de enriquecimento de estímulos, troca de experiências, socialização, acolhimento e formação da personalidade. Cada professor deve ter seu valor reconhecido na sociedade. Sua atividade é tão essencial quanto foi ter supermercados, hospitais e farmácias abertos durante toda a pandemia. Cada profissional que correu risco individualmente e não fugiu à responsabilidade do exercício da sua atividade num tempo duro.

Cada região tem sua condição sanitária e socioeconômica que deve ser levada em conta no planejamento dos cuidados de cada setor. Indivíduos que se enquadrem no grupo de risco devem sempre permanecer em ambiente remoto, até que recebam a vacina. Por isso é importante que o retorno seja híbrido e facultativo no primeiro momento.

Deve-se lembrar: “O fechamento global das escolas devido à pandemia da COVID-19 apresenta um risco sem precedentes à educação, proteção e bem-estar das crianças.” (UNICEF / UNESCO). Outras instituições como OMS, OPAS, Sociedades Brasileira e Regionais de Pediatria já demonstraram sua preocupação e a necessidade da discussão urgente da reabertura escolar.

A maioria dos países do mundo

já entendeu a importância da escola e da educação na sociedade. Mesmo em momentos de caos e taxas de transmissão alarmantes, as escolas foram as últimas a serem fechadas e têm sido as primeiras a reabrir. Nesse momento, estamos vivendo uma segunda onda da doença a despeito das escolas estarem fechadas desde março.

É fundamental desenvolver estratégias que possam ser adaptadas dependendo do nível de transmissão viral na comunidade como preconizado pelo CDC. Muitas escolas privadas passaram por reestruturação e treinamento de seus profissionais de acordo com os protocolos sanitários locais. Aparentemente, há uma dificuldade bem maior para muitas escolas públicas em oferecer segurança para sua comunidade. Mas já se passaram 10 longos meses de fechamento das escolas. O que foi feito? Quais as melhorias realizadas nas escolas públicas nesse período? Não há dúvidas, se desejamos ser um país um dia melhor, precisamos educar nossas crianças e trabalhar para reduzir nossas desigualdades desde já.

Um ano de pandemia fez triplicar a diferença entre as classes sociais e ampliou o abismo educacional. Torna-se inadiável a construção e a elaboração de políticas públicas para consolidar a reabertura escolar de forma prioritária tão logo haja sinais de redução da transmissibilidade local e disponibilidade suficiente de leitos de CTI. É necessário o envolvimento e compromisso das escolas, professores e colaboradores para que a escola assuma seu papel ESSENCIAL na sociedade.



PREOCUPADO EM ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DO ENSINO?



VÁ NA CERTEZA SISTEMA ETAPA



O Grupo Etapa dedica-se 100% à educação há 50 anos. É líder em premiações em olimpíadas culturais e aprovações em universidades internacionais. Toda essa experiência pode ser levada para a sua escola por meio do Sistema Etapa.

Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, nosso material didático é desenvolvido e atualizado por uma equipe de professores rigorosamente selecionados e preparados, com ampla vivência escolar. Além disso, é produzido em editora e gráfica próprias, o que garante sua entrega antecipada às escolas.

Ligue para **0800 727 8080** ou acesse sistemaetapa.com.br e conheça o sistema educacional que vai ajudar a sua instituição a atingir um patamar ainda mais alto.



Pandemia à luz da inteligência emocional

Luciano Melo é graduado em Filosofia e Psicologia, especialista em Terapia Cognitivo-comportamental, Gestão de Pessoas, Orientação Educacional, Administração Escolar e Psicopedagogia. Atuou por 23 anos em escolas, desempenhando as funções de professor, orientador educacional e pedagógico, coordenador e diretor. É proprietário da Clínica Argos, onde atua como psicoterapeuta de adolescentes, adultos e casais. www.argospsi.com.br / Instagram: @clinicaargospsi

▶ Luciano Melo

Guardo vivas na memória as lembranças de quando tudo começou.

Encontrávamos no mês de março, que pode ser considerado ainda o início do ano de 2020, época em que, tomados por um espírito de renovação de nossa vida, traçávamos objetivos e metas para o ano que se iniciava. Nossa vida estava estruturada e nossas rotinas, definidas.

As escolas estavam em pleno funcionamento, o que nos tranquilizava em relação ao processo educacional/escolar de nossos filhos.

Vivíamos, em síntese, em nossas respectivas zonas de conforto.

Vieram a pandemia e o distanciamento social e, com eles, a transformação de nossa vida em todos os seus aspectos. Profissionalmente, muitos de nós viram-se diante da necessidade de exercer seu trabalho de uma forma inovadora, em suas próprias casas, e outros tantos viram-se desempregados ou mesmo falidos.

Professores viram-se obrigados a desenvolver habilidades e

competências indispensáveis a uma nova metodologia de ensino e os gestores de nossas instituições escolares depararam-se com um quadro administrativo-financeiro e pedagógico para o qual não se haviam planejado.

Vimo-nos confinados em nossas residências e afastados fisicamente de nossos amigos. Se antes nos queixávamos da falta de tempo para a convivência com nossos familiares, o maior tempo destinado, obrigatoriamente, a estar com eles a partir de então criou conflitos familiares ou desvelou outros até então encobertos.

“Uma crise, a partir do viés da Psicologia, significa a perda de um estado de estabilidade vigente. Seu desfecho, no entanto, dependerá da postura do indivíduo que a atravessa.”

Diante da necessidade de realização das aulas remotas, pais e responsáveis por

crianças e adolescentes se viram na necessidade de assumir uma parcela maior de responsabilidade no que tange ao acompanhamento do processo de escolarização de seus filhos, para o que muitos não estavam preparados.

Olhávamos para o futuro e deparávamos com uma infinidade de perguntas, em sua maior parte sem qualquer resposta, o que nos abalou, em especial emocionalmente, e nos deixou sem saber como agir.

Enfim, o advento da pandemia retirou-nos de nossa zona de conforto e mergulhou-nos a todos num estado de crise generalizada, que nos trouxe a necessidade de reinvenção de nós mesmos e de nossa vida em todas as suas áreas.

Nesse contexto, a inteligência emocional se nos apresenta como um dos principais recursos para o enfrentamento da pandemia, posto que a definição e adoção de novos comportamentos requer a habilidade de identificar e administrar nossas emoções.

Para uma melhor compreensão da inteligência emocional, faz-se necessária uma elucidação, ainda que superficial, do conceito de emoção, supostamente dominado por muitas pessoas. De acordo com Pedro Calabrez, renomado neurocientista, as emoções são “programas de ação coordenados pelo cérebro, que gerenciam alterações em todo o nosso corpo”, a partir de um determinado estímulo, que recebe nossa interpretação.

“Em nossas famílias, faz-se imprescindível a realização frequente de momentos de diálogo, no intuito de permitir, sobretudo às crianças e aos adolescentes, que revelem, sem censura, seus medos, suas dúvidas e expectativas, suas emoções e sentimentos.”

Toda emoção é involuntária e inconsciente, assim como possui uma escala de valência: as que são positivas nos levam à aproximação do estímulo por nós interpretado; as que são negativas, ao seu afastamento.

Etimologicamente, emoção deriva de ex-movere, latim, que remete a “mover para fora”, “afastar-se”, ou seja, nossas emoções têm como função levar-nos a agir prontamente. Isso posto, tornam-se mais facilmente compreensíveis o conceito de inteligência emocional e sua importância para o enfrentamento da pandemia.

Embora Daniel Goleman seja considerado o responsável pela

popularização da inteligência emocional como objeto de estudo, o que ocorreu com a publicação de seu livro homônimo ao tema, seu conceito foi cunhado academicamente pela primeira vez por Salovey e Mayer, em 1990, como a “habilidade de monitorar as emoções e sentimentos próprios e dos outros, discriminá-los e utilizar essas informações para orientar pensamentos e ações”. Uma sucessão de reflexões e estudos levou Salovey e Mayer a uma reformulação e a um aprimoramento da definição de inteligência emocional, que passou a ser vista como tendo quatro pilares: a percepção emocional, a influência mútua entre pensamento e emoção, a compreensão emocional e o gerenciamento emocional.

Dessa forma, a pessoa com alto nível de inteligência emocional é capaz de identificar suas próprias emoções e expressá-las socialmente de forma adequada, perceber que sua maneira de pensar interfere decisivamente em seu sentir, assim como suas emoções podem interferir em seu pensar, compreender as causas e consequências de suas emoções e, finalmente, de gerenciar suas próprias emoções, contribuindo para a seleção de emoções positivas em detrimento de emoções negativas em si mesmo e nas pessoas com as quais convive. Assim sendo, adotar a inteligência emocional como aliada no combate à pandemia e aos danos causados por ela requer de nós as considerações a seguir.

Uma crise, a partir do viés da Psicologia, significa a perda de um estado de estabilidade vigente. Seu desfecho, no entanto, dependerá da postura

do indivíduo que a atravessa. Assim sendo, um indivíduo inteligente emocionalmente e com elevado nível de resiliência é aquele que se recusa a se dar por abatido e assume com afinco e dedicação uma postura de reconstrução de si diante dos desafios que se lhe apresentam.

O desenvolvimento da inteligência emocional dá-se de maneira processual e vitalícia e requer um investimento sistemático no autoconhecimento. A percepção e o gerenciamento de nossas emoções depende diretamente da realização de momentos de silêncio interior, que nos permitem escutar e sentir a nós mesmos.

Esses momentos de recolhimento representam um espaço de zelo por nossa subjetividade, já que ao fecharmos temporariamente os ouvidos para o mundo que nos rodeia, escutamos nossa voz interior e podemos observar o que nos agrada e o que nos agride, identificar que emoções positivas e negativas têm sido mais frequentes em nós, e perceber como interpretamos os estímulos com os quais temos tido contato: as pessoas, as experiências, as informações, a realidade, enfim.

A relação entre as maneiras como pensamos e sentimos, um dos pilares da inteligência emocional, gera em nós, inevitavelmente, um estado de equilíbrio ou desequilíbrio emocionais. Por isso, é preciso estar atento ao risco do chamado raciocínio emocional, uma das distorções cognitivas mais comuns. Quando ele acontece, analisamos a realidade com base em nossas emoções, e não em nossa razão e deixamos de tratá-



“A relação entre as maneiras como pensamos e sentimos, um dos pilares da inteligência emocional, gera em nós, inevitavelmente, um estado de equilíbrio ou desequilíbrio emocionais.”

la com a objetividade necessária. Somos bombardeados de informações durante todo o tempo e cada uma delas é revestida de um viés ideológico que precisa ser analisado com criticidade. Por isso, é preciso “separar o joio do trigo” na seleção dos canais de comunicação aos quais nos abriremos.

“O desenvolvimento da inteligência emocional se dá de maneira processual e vitalícia e requer um investimento sistemático no autoconhecimento.”

O fortalecimento de nossos vínculos afetivos é um fator decisivo para o desenvolvimento de nossa inteligência emocional e para o enfrentamento da pandemia por permitir a criação entre nós de uma rede de positividade, que a todos reanima e fortalece.

Em nossas famílias, faz-se imprescindível a realização frequente de momentos de diálogo, no intuito de permitir, sobretudo às crianças e aos adolescentes, que revelem, sem censura, seus medos, suas dúvidas e expectativas, suas emoções e sentimentos. Eles formam um dos grupos mais afetados pela pandemia, pois a fase de desenvolvimento em que se encontram não lhes permite o nível de desenvolvimento da inteligência emocional necessário para o enfrentamento criativo dos desafios atuais.

O cultivo da espiritualidade, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma das dimensões do ser humano, tem se mostrado, na prática, um recurso indispensável para o desenvolvimento da inteligência emocional e o enfrentamento da pandemia. Unido ao ser transcendente, e em sua presença, o indivíduo experimenta emoções positivas que o fazem se sentir mais seguro na relação com sua

finitude e fortalecido para o enfrentamento das intempéries com as quais se depara.

Além disso, importa dizer que a prática da meditação, em especial de mindfulness, a realização sistemática de exercícios físicos, a alimentação balanceada, o sono de qualidade e o acompanhamento psicoterapêutico têm sido ferramentas de grande valia para este momento desafiador.

Vivemos um dos momentos mais desafiadores de nossa história, cujo enfrentamento requer de nós altas doses de autoestima, empatia, paciência, criatividade, cooperação, resiliência e, acima de tudo, muita, muita esperança. Afinal, como nos ensina o mestre Santo Agostinho, ela, a esperança, tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação ensina-nos a não aceitarmos as coisas como estão e a coragem, a mudá-las.





A Tecnologia e o passado da Educação Superior

Elizabeth Guedes é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares-ANUP e Vice-Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro - SEMERJ

▶ Elizabeth Guedes

Na Educação superior, todos pressentíamos que a disrupção digital estava próxima. Era possível senti-la no movimento das edtechs, nas novas metodologias pedagógicas, na necessidade de expandir o movimento de inclusão, na formatação de conteúdo digital escalável e de qualidade. Apenas não poderíamos prever que ela viesse travestida de pandemia. Que invadissem a vida das IES em todos os níveis de forma abrupta e em diferentes velocidades de acordo com a maturidade digital de cada uma delas. Esta nova realidade traz implicações importantes.

Não podemos mais pensar em retornar ao passado. Março de 2020 é um ponto de corte na história do setor e ignorar isto é agir acreditando em um pensamento mágico, que pode nos salvar do temor pelo que está por vir.

Como é possível vivermos em um mundo totalmente conectado e, ao mesmo tempo, tentar manter nossas instituições de ensino como templos voltados às melhores práticas do século XVIII? De que maneira manteremos nossos alunos engajados no processo

de aprendizagem se eles não entendem nossa linguagem e se não conseguimos entrar em seu mundo para construirmos a conexão que nos permite trabalhar juntos? O meio digital não afasta alunos e professores, mas, antes, adiciona a esta relação uma possibilidade de novas ferramentas capazes de causar impacto positivo na qualidade do aprendizado, inclusive individual.

Mas como podemos desenvolver a competência digital em nossos alunos, se a nossa está em estado elementar? É justo que os mantenhamos presos às nossas impossibilidades pessoais?

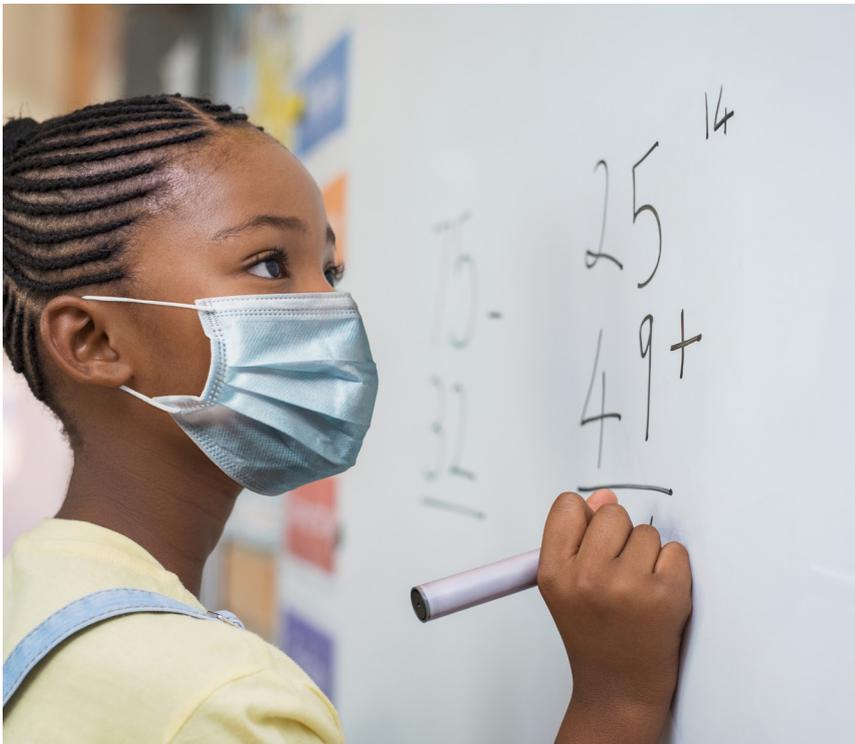
Naturalmente que a resposta é não. É preciso estar claro para todos: alunos e professores precisam estar sempre em conexão ampla, inclusive digital.

Um segundo aprendizado que este período trouxe-nos é a necessidade de mantermos-nos conectados do ponto de vista corporativo. Vivemos em grupos digitais, trocando experiência e dividindo seus resultados, multiplicamos nossa capacidade de interação unindo todo o país em reuniões e eventos digitais de maneira instantânea, com muito

menos dispêndio de energia pessoal e de recursos físicos e financeiros. A noção física da “concorrência” foi aplacada pela crescente utilidade de vivermos conectados. E mesmo dentro das instituições, acabaram-se os andares isolados onde ficavam as autoridades administrativas. Todos estão integrados através das plataformas digitais.

De forma muito simples e direta, a união destes dois aprendizados será nossa única fórmula para compreender de que maneira iremos gerenciar nossos projetos pedagógicos (desenhados para o passado) mantendo o processo de qualidade acadêmica e investindo no aprendizado de nossos alunos.

“Como é possível vivermos em um mundo totalmente conectado e, ao mesmo tempo, tentar manter nossas instituições de ensino como templos voltados às melhores práticas do século XVIII?”



“Então não teremos outra alternativa a não ser nos unirmos. Para compartilhar experiências gerenciais e pedagógicas, para dividir os custos da digitalização, para alinhar novas formas de trabalho que não esbarrem em competitividade, porque esta é estratégia intrínseca de cada instituição.”

Não haverá retorno às aulas para nós, porque não retornaremos ao que éramos. Estamos partindo para uma nova jornada, uma nova maneira de olhar para nossa missão precípua que é a formação de cidadãos éticos e engajados no desenvolvimento social e econômico do mundo.

Desta forma, a aplicação rigorosa dos protocolos de biossegurança, a manutenção das aulas remotas para as disciplinas que não exijam a interação com a prática, a permanente capacitação de professores e colaboradores, bem como o investimento contínuo em inovação e tecnologia, serão essenciais se pretendermos atender a este tempo e sobreviver.

Teremos muitos desafios, além dos nossos próprios, internos. Vamos lidar com nosso órgão regulatório: paquidérmico, burocrático e policialesco, principalmente para quem opera na legalidade. Os instrumentos de avaliação, que já eram complexos e

limitados em sua capacidade de mensurar a qualidade, agora serão transformados em rádio-vidrolas tentando lidar com as transmissões streaming. Ainda teremos os conselhos de fiscalização profissionais: autarquias (!!) que se postam agora a tentar definir conteúdo acadêmico e metodologias pedagógicas, como se disto entendessem.

Então não teremos outra alternativa a não ser nos unirmos. Para compartilhar experiências gerenciais e pedagógicas, para dividir os custos da digitalização, para alinhar novas formas de trabalho que não esbarrem em competitividade, porque esta é estratégia intrínseca de cada instituição. Novas tecnologias e inovação podem ser compartilhadas em experiência e em custo também.

O trabalho imediato é este: costurar o passado com as linhas do futuro de modo que o novo design esteja alinhado com as necessidades de ensino dos nossos professores e de

aprendizagem de nossos alunos. Coordenadores de curso são parceiros fundamentais neste processo. É neste colegiado, de coordenadores-professores, que encontraremos a melhor maneira de colocar esta linha na agulha. Nossos Procuradores Institucionais, agora Recenseadores em nova nomenclatura, deverão ser a bússola que nos guiará para fora desta floresta de decretos, portarias, notas técnicas, padrões decisórios etc. Com eles poderemos desenhar e propor novas práticas regulatórias que ensejem o aprimoramento e não apenas a punição.

Nossa missão hoje é trabalhar pelo futuro.





Problemas no Paraíso?

Ayla Huovi é Mestre em Educação pela Universidade de Helsinki. É brasileira e finlandesa (por nacionalidade adquirida). Formou-se em Administração de Empresas no Brasil e Interpretação (finlandês-português-finlandês) pela TAKK, na Finlândia. Atua na área educacional desde 2006 e se tornou a primeira brasileira intérprete, formada por uma instituição finlandesa.

 Ayla Huovi

Foi uma agradável surpresa quando recebi o convite para escrever um artigo para esta revista. Morando na Finlândia há 16 anos, dando palestras no Brasil e organizando ou recepcionando viagens pedagógicas para conhecer o tão famoso sistema educacional finlandês desde 2015, pensei imediatamente sobre o que seria de valia para o momento que o Brasil atravessa. Depois de muito pensar, cheguei à seguinte conclusão: escreverei sobre os problemas que tive durante as aulas 100% na modalidade EAD aqui na Finlândia.

Falarei sobre nossos principais problemas e que soluções conseguimos achar. Quais foram os mais graves? Vejamos:

1-Falta de material: as escolas fizeram uma lista de alunos que não possuíam material e foi feita uma campanha nacional de doação ou empréstimo de laptop/tablet. O departamento de TI da prefeitura, ou voluntários nas escolas, recebiam e catalogavam o que seria doado e o que seria emprestado, repassando-os aos jovens que precisassem. A campanha foi um sucesso e os

muitos empresários que dela participaram viram evidenciada e até aumentada a visibilidade social de suas empresas.

“Para surpresa de muitos (talvez), existe fome e pobreza na Finlândia. Duas vezes por semana, o almoço era distribuído para as famílias que se inscreviam na lista. TODOS tinham o direito, desde que o requisitassem na escola.”

2-Falta de conexão com a ‘internet’: ao contrário do que dizem os blogueiros de turismo, não vivemos em uma bolha de wi-fi. Os municípios identificaram os alunos sem ‘internet’ em casa e conseguiram, com as operadoras, um pacote emergencial para o que chamamos aqui de “período de situação especial”, apenas para esse período. Assim todos tiveram acesso às aulas ‘online’.

3-Fome. Para surpresa de

muitos (talvez), existe fome e pobreza na Finlândia. Duas vezes por semana, o almoço era distribuído para as famílias que se inscreviam na lista. TODOS tinham o direito, desde que o requisitassem na escola. (Algumas escolas distribuíram a verba da merenda entre as famílias, indistintamente.)

A entrega era feita no pátio da escola, às segundas e quartas-feiras.

Na segunda-feira (valendo também para a terça-feira), eram dados 1 litro de leite (para a semana toda), o almoço, a sobremesa e um pão ou biscoitos de fibra para 3 dias. Às quartas, o almoço, pão e sobremesa eram fornecidos até sexta.

O que se espera de uma escola que recebe uma verba destinada à merenda? No mínimo, que ela seja repassada ao aluno. Afinal, os impostos pagos ao governo federal e municipal existem para prestar serviço à sociedade, e as escolas têm consciência disso. Um dos serviços é fornecer almoço aos alunos, simples assim. Depois desse período, claro, as contas foram prestadas à sociedade.



“Na época, saiu uma reportagem (falsa), que a Finlândia estava muito bem preparada para esta pandemia, pois possuía um estoque de medicamentos, máscaras e bunkers secretos espalhados pelo país.”

4-Professores estressados: nem todo professor finlandês é adepto à tecnologia. Alguns se chocaram com o novo modelo, alguns não conseguiram ensinar o tempo todo ‘online’ e pediram seu afastamento por depressão, ansiedade ou problemas pessoais. Novos professores foram contratados às pressas ou os outros professores da própria escola assumiram as classes que ficaram sem professor.

5-Violência doméstica: a violência contra a criança é um crime na Finlândia. Sabe aquela palmada para “educar”? Aqui é crime. Durante as aulas ‘online’, professores que deparavam com situações abusivas avisavam ao serviço de proteção à criança. Durante os 2 meses de aula ‘online’, foram feitas 7.300 NOVAS denúncias de violência doméstica. Desde 2012, não tínhamos um número tão alto, 10% de aumento, comparando com 2019.

Qual foi a solução encontrada? Denunciar e proteger. A Finlândia tem um programa de pais temporários. Essas crianças ficam na casa destes pais adotivos temporariamente, até poderem ser retornados para a família. A ideia não é separar

os responsáveis dos filhos para sempre, mas achar uma solução para a vida familiar saudável.

Na época, saiu uma falsa reportagem dizendo que a Finlândia estava muito bem preparada para esta pandemia, pois possuía um estoque de medicamentos, máscaras e bunkers secretos espalhados pelo país. Tive que explicar para todo mundo (não finlandeses) que eu sabia que isso não era verdade e que, sinceramente, não acreditava existir um único país que estivesse preparado para esta pandemia, assim como não acredito em um manual pronto para sair ileso dela.

Acredito na ciência, principalmente nas práticas para tentar combater a pandemia, e na educação. E o que aprendemos com dois meses de ensino 100% a distância? Aprendemos que o contato, as escolas e estar ao lado do professor são mais necessários do que imaginávamos. Aprendemos também que a profissão de professor dificilmente desaparecerá dando espaço para robôs, que o educador formal deve se preparar o tempo todo para o futuro.

Problemas no sentido micro da situação foram: aumento da obesidade, ansiedade, depressão, desmotivação para o futuro, problemas de visão, dores de cabeça, irritabilidade, interação social (nem a câmera os alunos queriam ligar), tudo isso nos alunos, docentes e responsáveis.

Tudo isso com 2 meses de EAD. E me pergunto frequentemente como o Brasil conseguirá lidar com as consequências sociais, econômicas e educacionais que a pandemia causará?

E por último, mas não menos importante, que o tão comentado método de ensino através de fenômenos (uma forma de ensino híbrido), que temos aqui na Finlândia, não funciona com a excelência que deveria, sendo 100% “online”.

Engana-se quem pensa que dar aulas “online” é ensino híbrido. Mas isso é tema para outro artigo. Por enquanto, espero que este plante a semente da criatividade para solução dos problemas e o espírito de escola como parte de uma comunidade.





Com fé, um bom ano

Celso Niskier é Doutor em Inteligência Artificial. Diretor Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Reitor do Centro Universitário UniCarioca. Vice-Presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo.

▶ Celso Niskier

Acredito que poucas vezes na História a humanidade tenha iniciado um novo ano com tanta esperança empenhada. A pandemia de Covid-19 e suas consequências, que assombraram o planeta em 2020, justificam tamanha expectativa. Graças à ciência, à inovação e à tecnologia desenvolvidas nos últimos meses podemos alimentar a esperança de um 2021 mais próximo da vida pré-pandemia.

Na esfera sanitária, o início da vacinação em diversos países trouxe o alívio de que o controle da doença é questão de tempo. Israel, por exemplo, onde a ABMES esteve com a sua 2ª delegação internacional, já vacinou mais de 25% da população. Esse resultado tão expressivo em um curto espaço de tempo tem servido como exemplo para o planeta. Embora seja uma nação pequena, o desempenho israelense é a expressão de um trabalho organizado em torno de um propósito comum.

É bem verdade que na maior parte dos países a imunização não será tão rápida como gostaríamos, mas será em um prazo nunca antes

experimentado. A mobilização global resultou em opções seguras e capazes de atender às necessidades e especificidades das distintas nações. Agora, os desafios consistem na produção em larga escala, na ampla distribuição e no sucesso da vacinação.

Precisaremos seguir com as atividades de forma remota por mais um tempo. Aqui no Brasil, provavelmente, por boa parte do primeiro semestre, quiçá por toda a sua extensão. Contudo, ao contrário dos questionamentos e da insegurança, que marcaram o primeiro semestre de 2020, neste ano, contamos com segurança jurídica e ferramentas tecnológicas já inseridas nas rotinas administrativas e educacionais.

Em 2021, o calendário educacional deve não apenas seguir seu fluxo, mas recuperar o que precisou ser adiado em função das medidas de distanciamento social impostas pela situação pandêmica. Assim, neste ano, excepcionalmente, teremos duas edições do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

A expectativa é de que tanto

os graduandos dos cursos contemplados no Ano II do Ciclo Avaliativo quanto aqueles dos cursos integrantes do Ano III sejam avaliados em novembro, já que o Inep estuda a possibilidade de realizar os exames relativos aos dois ciclos em uma só data para otimizar os recursos empregados na aplicação das provas. Caso isso ocorra, teremos o maior Enade já realizado no país. A conferir.

Por fim, 2021 será o ano da consolidação do uso das novas tecnologias na educação. A transformação feita às pressas em 2020, e que catapultou o processo de ensino-aprendizagem a novos patamares, será incorporada às rotinas das instituições de educação superior. Ainda que as aulas presenciais sejam retomadas – provavelmente no segundo semestre –, o uso de metodologias ativas e de ferramentas interativas veio para ficar.

Esse cenário, associado à potencialização do crescimento da educação a distância (EAD) durante a pandemia, demanda atenção e preparo das IES. A transformação digital chegou e já se acomodou na sala de espera



das nossas instituições. Agora é hora de levá-la para os demais espaços e torná-la íntima de toda a comunidade acadêmica.

“Precisaremos seguir com as atividades de forma remota por mais um tempo. Aqui no Brasil, provavelmente, por boa parte do primeiro semestre, quiçá por toda a sua extensão.”

2021 tem tudo para ser mais do que apenas um novo ano. Ainda

que nem todas as previsões sejam positivas, a expectativa é de que o saldo entre os acontecimentos e os desdobramentos do ano recém-chegado seja positivo. Por ora, temos tudo para acreditar que um bom ano está diante de nós. Se o mundo pré-pandemia não existe mais, que estejamos preparados para o que há de porvir. O futuro é hoje e retroceder não é uma opção.



“Por fim, 2021 será o ano da consolidação do uso das novas tecnologias na educação. A transformação feita às pressas em 2020, e que catapultou o processo de ensino-aprendizagem a novos patamares...”



Evidências de aprendizagem e avaliação diagnóstica formativa

Roberto Mauro Tristão, mestre em Linguística; Especialização em Administração Escolar; especialista em Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos; Graduação em Letras/Licenciatura: Língua Portuguesa, Língua Grega. Gestor educacional: diretor, coordenador e professor.

▶ Roberto Mauro Tristão

A imersão nos processos relativos às metodologias que envolvem evidências de aprendizagem pode trazer contribuições efetivas. Há diferentes tipos de evidências: as que são oriundas de pesquisa; outras provenientes de experiência (em grego, *ἐμπειρία* – empeiria, que se traduz em empírica).

A avaliação diagnóstica formativa é um exercício de interpretação de dados e informações, decorrentes de conhecimentos e experiências empíricos, que sinalizam a aprendizagem a partir de métodos pedagógicos com o objetivo de reorientar o planejamento curricular que reflete e ilumina o processo ensino e aprendizagem.

Uma vez definido que o aluno é o foco nesse processo, a diagnose considera avaliar: ações e produções do aluno reveladoras de competências que mobilizam conteúdos (conceituais e procedimentais), habilidades (práticas, cognitivas, socioemocionais, entre outras), atitudes e valores, como está orientado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Autonomia, interação, experiência, relação mental entre conhecimentos adquiridos e

outros conhecimentos são objeto de uma diagnose a partir de métodos ativos. Suas ações e produções durante as experiências de aprendizagens são evidências empíricas que podem ser diagnosticadas nas avaliações com função formativa, que avalia a aprendizagem em processo e contribui para replanejamentos contínuos.

A função diagnóstica da avaliação é intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, e a avaliação tem a inclusão como propósito e compromisso com todos os alunos. Essa função orienta categorias: a que se caracteriza pelo princípio da investigação ou da pesquisa qualitativa das aprendizagens essenciais; outra que objetiva a pesquisa quantitativa.

A função formativa objetiva orientar o ensino, o replanejamento do trabalho desenvolvido em diferentes espaços de aprendizagem e considera, como foco, a aprendizagem do aluno. A BNCC e os currículos escolares aplicados nas práticas pedagógicas das metodologias ativas orientam o que se deve garantir como aprendizagens essenciais e como elas podem

ser organizadas a partir de e para a promoção de um planejamento.

“Uma vez definido que o aluno é o foco nesse processo, a diagnose considera avaliar: ações e produções do aluno reveladoras de competências que mobilizam conteúdos (conceituais e procedimentais), habilidades (práticas, cognitivas, socioemocionais, entre outras), atitudes e valores, como está orientado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).”

Sugere-se a delimitação criteriosa do diagnóstico. Critérios são estabelecidos a partir de princípios: relevância; gradação; ordem (modo de organização); tempo; natureza; tipo; população (grupo de alunos); ordem de grandeza; histórico de acompanhamento do desenvolvimento

do aluno de forma personalizada.

Ao entender avaliação como processo, faz-se necessário: definir o tipo e a natureza das evidências empíricas que sinalizam a aprendizagem; determinar a categoria de pesquisa: qualitativa ou quantitativa; estabelecer critérios para coleta; garantir recursos que contribuam para a organização otimizada dos resultados; viabilizar meios para a partilha de dados e informações entre equipes; operar a síntese da análise; interpretar o corpus alcançado; coordenar a gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos.

“A avaliação diagnóstica formativa é um exercício de interpretação de dados e informações, decorrentes de conhecimentos e experiências empíricos, que sinalizam a aprendizagem a partir de métodos pedagógicos com o objetivo de reorientar o planejamento curricular que reflete e ilumina o processo ensino e aprendizagem.”

Movimentos diversos no processo de avaliação podem se fazer presentes: autoavaliação; avaliação por pares, em equipes; avaliação individual - todos com vistas a contribuir com o ensino personalizado. O modo como a avaliação diagnóstica formativa é executada interfere na especificidade das evidências empíricas que servirão para investigações e para pesquisas baseadas em

evidências na Educação. A metodologia escolhida como prática pedagógica contribui para o desenho da materialização da avaliação diagnóstica formativa.

Quanto ao momento: situação assíncrona, que considera o aluno no seu próprio processo de avaliação; situação síncrona, que conta com a presença física ou virtual do coletivo: alunos e professores; situação de ensino híbrido (presencial e virtual), na qual etapas de avaliação podem ser distribuídas em cada espaço, recurso e percurso de aprendizagem, fundamentada em lógica metodológica; situação de ensino remoto, no qual o ambiente virtual de aprendizagem prevalece.

As evidências científicas decorrem de metodologia de pesquisa, análise e avaliação. As evidências empíricas podem servir como matéria para as pesquisas relativas à educação baseada em evidências, as quais podem surgir a partir de pergunta, proposição ou afirmação.

Há naturezas diferentes de evidências. Sugerem-se duas perspectivas: a que considera evidências baseadas em práticas; outra que advém de práticas baseadas em evidências. As práticas baseadas em evidência são decorrentes de estudos sobre a documentação de resultados de pesquisas. As evidências baseadas em práticas advêm de processos de investigação e mais pesquisa. A investigação de dados e informações sobre a aprendizagem, a partir de conhecimento empírico, por meio da avaliação diagnóstica formativa, em contextos escolares, nos quais metodologias

ativas caracterizam essa prática, pode contribuir com uma educação baseada em evidências.

O estudo a partir de evidências pode requerer métodos de combinação de conjuntos de dados, de análises estatísticas e de estudos independentes. É importante estabelecer critérios e mecanismos de seleção já para a coleta das evidências empíricas. É conveniente saber identificar cada conjunto, decidir com quais será desenvolvido o trabalho de pesquisa e ter previsão sobre os resultados a partir de cada um e como esses resultados chegarão até professores e gestores da escola básica, a fim de que sirvam de referências para a manutenção, exclusão ou readaptação de metodologias pedagógicas.

Trabalhos desenvolvidos com base em evidências apontam níveis de cientificidade diferentes. São eles, por exemplo: pesquisas qualitativas; pesquisas experimentais com amostras randomizadas; revisões sistemáticas; revisões integrativas; meta-análises. As evidências poderão apontar resultados diversos em função do quanto foram, ou não, submetidas a um determinado rigor científico. Em todos os níveis, parte-se da premissa de que elementos constituintes de conjuntos analisáveis devem ser comparáveis; diferente disso, não se chegará a um estudo ou a um resultado de pesquisa promissor.

Há testes que podem ser realizados para se verificar a qualidade de uma evidência. São eles: informação que sustenta, ou refuta, uma afirmação, proposição ou hipótese; avaliação do ‘peso’: uma evidência precisa conviver com outras evidências; a per-



“O trabalho com a avaliação diagnóstica formativa como referência para pesquisas em educação baseada em evidências pode qualificar decisões, práticas, elaboração dos meios de avaliação, intervenção a partir dos resultados diagnosticados. A partilha do trabalho com educação baseada em evidências pode contribuir para a testagem de práticas pedagógicas, avaliações, resultados e planejamentos.”

tinência, ou seja, o processo de coleta de evidências não pode sofrer influências que a comprometam.

“As evidências científicas decorrem de metodologia de pesquisa, análise e avaliação. As evidências empíricas podem servir como matéria para as pesquisas relativas à educação baseada em evidências, as quais podem surgir a partir de pergunta, proposição ou afirmação.”

O trabalho com a avaliação diagnóstica formativa como referência para pesquisas em educação baseada em evidências pode qualificar decisões, práticas, elaboração dos meios de avaliação,

intervenção a partir dos resultados diagnosticados. A partilha do trabalho com educação baseada em evidências pode contribuir para a testagem de práticas pedagógicas, avaliações, resultados e planejamentos. A escuta dos professores e demais educadores é de suma importância para facilitar e equilibrar todo um trabalho que envolve o estudo das evidências.

Se a avaliação, além de assumir sua função diagnóstica, priorizar, também, a sua função formativa, planejamentos curriculares poderão ser ressignificados. Podemos refletir sobre o fato de que há duas direções possíveis para o trabalho com planejamentos: uma que parte da definição de orientações para práticas pedagógicas em busca de resultados; outra que parte dos resultados de evi-

dências de aprendizagem que emergem das práticas pedagógicas, como forma de composição de orientações. Na segunda direção apresentada, é possível que a avaliação diagnóstica formativa contribua mais, se a decisão é estabelecer o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem.

Definidas as orientações da BNCC, a avaliação poderá apontar se as evidências empíricas de aprendizagens essenciais asseguram o quanto as metodologias pedagógicas estão, ou não estão, sendo eficazes, e o quanto os alunos estão aprendendo e compreendendo, ou não. Inclusive, se as práticas pedagógicas revelam um processo em que o aluno está posto no centro, com vistas a um ensino personalizado.





O Serviço de Inspeção Escolar em Minas Gerais e as escolas privadas

Paulo Leandro de Carvalho é Assessor Central de Inspeção Escolar da SEE/MG. Pedagogo, Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Alfenas e Especialista em Direito Educacional.

▶ Paulo Leandro de Carvalho

Neste artigo, vamos falar um pouco sobre o papel e a função do Serviço de Inspeção Escolar em Minas Gerais e a sua relação com as instituições de ensino privadas. Para isso, é importante conhecermos o que a legislação vigente dispõe acerca deste assunto.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 206, que o ensino será ministrado com base em princípios, dentre eles, “a coexistência de instituições públicas e privadas” (Brasil, 1988), ou seja, a existência simultânea entre o público e privado. Entretanto, no caso das instituições de ensino privadas, para que essa coexistência se concretize é necessário que sejam atendidas as seguintes condições, previstas no artigo 209 da Constituição Federal: “I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público” (Brasil, 1988).

Trata-se, pois, do reconhecimento dessas instituições, coexistentes com as públicas, porém, dentro de condições previstas na legislação. Ou seja, a coexis-

tência deve estar sob a lei, sob a regra e, essa regra, é tanto a Constituição, quanto as leis específicas da educação, como é o caso, entre outras, da LDB, da lei do Plano Nacional de Educação e até mesmo dos pareceres e resoluções dos órgãos normativos dos sistemas, como o Conselho Nacional e Estadual de Educação. Desta forma, o poder público credencia a iniciativa privada para executar este bem (ensino), autorizando-os e exercendo adequada fiscalização sobre eles.

Portanto, é neste contexto que se encaixa o papel do Serviço de Inspeção Escolar, como agentes do estado, responsáveis pela supervisão e avaliação dos cursos e dos estabelecimentos do sistema de ensino mineiro. O Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, em seu Parecer nº 160, de 02 de março de 2016, afirma que “a supervisão técnica dos estabelecimentos de ensino e a avaliação da qualidade de cursos, em todos os níveis e etapas da Educação Básica, dever do Estado, são de responsabilidade do Serviço de Inspeção Escolar,

organizado pela SEE, no cumprimento do seu dever constitucional por uma educação de qualidade” (MINAS GERAIS, 2016).

“A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 206, que o ensino será ministrado com base em princípios, dentre eles, “a coexistência de instituições públicas e privadas” (Brasil, 1988), ou seja, a existência simultânea entre o público e privado.”

Entretanto, até mesmo por questões históricas, a verificação e o controle são termos usualmente utilizados para caracterizar a inspeção. Esse caráter fiscalizador atribuído ao Serviço de Inspeção Escolar carrega um sentido pejorativo e que, por vezes, faz com que o profissional da inspeção seja considerado hostil, ameaçador e com postura autoritária. A função de verificação e controle faz parte do trabalho

do inspetor, mas não é suficiente para caracterizá-lo. Tais características não correspondem mais ao papel e ao perfil que se pretende para o Serviço de Inspeção Escolar, desde o processo de reabertura democrática, iniciado na década de 1980.

Atualmente, a inspeção escolar é entendida como o processo pelo qual a administração do ensino assegura a comunicação entre os órgãos centrais, os regionais e as unidades de ensino, tendo em vista a melhoria da educação, por meio da verificação e avaliação do cumprimento da legislação do ensino e a consequente orientação, correição e realimentação das ações.

Além disso, para se compreender o papel da inspeção, é importante retomar o que dispõe o Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer nº 794/1983, o qual aponta que “a inspeção é de natureza global, funciona como um todo orgânico” (MINAS GERAIS, 1983) e deve exercer as seguintes funções: Função Verificadora, cuja essência consiste em examinar o cumprimento das normas que se aplicam à organização e funcionamento da escola e do ensino, nos campos administrativo e pedagógico. (...) Função Avaliadora, cuja essência consiste em comparar a situação concreta, real, com a ideal, teórica. É no exercício desta função que a Inspeção atua como “mecanismo de avaliação” da educação escolar e da política educacional que a fundamenta. (...) Função Orientadora, cuja essência consiste em conduzir ao conhecimento e à aplicação correta da norma, tendo em vista a unidade do sistema, bem como sua coerência interna e externa. É no exercício desta função que

a Inspeção atua mais especificamente como “mecanismo de comunicação” do sistema, ligando os órgãos centrais aos estabelecimentos de ensino, e como estratégia de “assistência à execução” voltada para a informação, a orientação, a assessoria e a cooperação técnica, antes que para a vigilância e o policiamento. Função Corretiva, cuja essência consiste em promover e/ou determinar a adoção de providências ou medidas destinadas a sanear falhas e a corrigir desvios e irregularidades na aplicação da norma. [...] as ações corretivas devem conduzir, em princípio, a uma consciência e a uma revisão crítica do “fazer pedagógico”, resultando sempre em nova postura pedagógica. (...) Função Realimentadora, cuja essência consiste em oferecer subsídios ao sistema de ensino, incluindo aqui o próprio subsistema de Inspeção, com vistas a um melhor ajustamento entre os “valores proclamados” e as práticas institucionalizadas (MINAS GERAIS, 1983). O conhecimento dessas funções nos mostra a abrangência da inspeção escolar no macro e micro sistema de ensino mineiro.

Em relação à escola privada de ensino, o papel da inspeção escolar, além de orientar e verificar as condições institucionais para o credenciamento e o recredenciamento, a autorização, o funcionamento e o reconhecimento de cursos e de escolas, é também o de assessorar, orientar e acompanhar a escola, ajudando-a a concretizar, em atos e ações, a missão institucional que lhe compete no processo de garantir “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício

da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

“Em relação à escola privada de ensino, o papel da inspeção escolar, além de orientar e verificar as condições institucionais para o credenciamento e o recredenciamento, a autorização, o funcionamento e o reconhecimento de cursos e de escolas, é também o de assessorar, orientar e acompanhar a escola...”

Os princípios constitucionais e as normas estabelecidas pelos Conselhos Nacionais e Estaduais, a partir da Constituição de 1988, apontam que a universalização da educação, a equidade e a qualidade exigem, entre outros fatores, a descentralização das decisões, autonomia com responsabilidade, gestão democrática e avaliação institucional. Neste sentido, o Serviço de Inspeção Escolar, a partir dos novos paradigmas, passou a ser fortalecido pela integração dos inspetores escolares na contribuição efetiva à organização e funcionamento das escolas, por meio do exercício de competências técnicas e políticas a serviço dos objetivos da escola dentro de uma sociedade democrática. Para tanto, de acordo com a legislação a que está submetida, a inspeção pode ser definida como exercício do dever do Estado de assegurar a eficácia conjunta na oferta da educação, de acordo com os objetivos nacionais.

“Atualmente, a inspeção escolar é entendida como o processo pelo qual a administração do ensino assegura a comunicação entre os órgãos centrais, os regionais e as unidades de ensino, tendo em vista a melhoria da educação, por meio da verificação e avaliação do cumprimento da legislação do ensino e a consequente orientação, correção e realimentação das ações.”

Neste sentido, com a finalidade de padronizar e integrar as atividades de inspeção escolar em escala estadual, garantindo o alinhamento do trabalho de inspeção com as diretrizes e metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação - SEE, a correta alimentação e atualização dos sistemas para o regular e preciso fluxo de informações entre as escolas, os órgãos regionais e o órgão central, foi criada na SEE, em 2019, a Assessoria de Inspeção Escolar. A Assessoria de Inspeção Escolar é hoje a responsável pela liderança das equipes regionais de inspeção escolar em suas atividades técnicas e inovação no tratamento e sistematização de dados coletados a partir da atuação dos Inspectores Escolares junto às escolas do sistema estadual de ensino. E, desde o início da criação da Assessoria, procuramos aproximar-nos das instituições de ensino privadas para

contribuir com a regularidade do funcionamento das escolas, ampliar o processo de assistência e orientação, bem como favorecer a integração com a SEE na oferta de uma educação de qualidade.

Recentemente, a SEE publicou a Resolução SEE nº 4487, de 27 de janeiro de 2021, que institui o Protocolo Orientador da atuação da Inspeção Escolar, estabelecendo um conjunto de orientações e parâmetros de atividades, procedimentos e técnicas, para o exercício da função de inspeção escolar nas instituições que integram o Sistema de Ensino de Minas Gerais, incluindo as instituições de ensino privadas. Convido todos os leitores e leitoras a conhecerem esta resolução que servirá não só ao trabalho da inspeção escolar, mas também, aos gestores escolares como um guia orientador para a organização do funcionamento escolar, a partir das diretrizes do papel de supervisão do estado.

Por fim, quero destacar que, independentemente das atribuições e esfera de atuação da inspeção escolar, o que desejamos e trabalhamos é pela “inspeção-verdade que não é nem temida, nem ridicularizada, mas desejada e valorizada, porque é inspeção que verifica, avalia, orienta, corrige, comunica, assistindo o órgão na execução de seu trabalho e contribuindo para o crescimento e segurança de todos: do educador, da escola e do sistema” (Minas Gerais, 1983).

“Neste sentido, o Serviço de Inspeção Escolar, a partir dos novos paradigmas, passou a ser fortalecido pela integração dos inspetores escolares na contribuição efetiva à organização e funcionamento das escolas, por meio do exercício de competências técnicas e políticas a serviço dos objetivos da escola dentro de uma sociedade democrática.”

Referências

- BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 794, de 29 de dezembro de 1983 - Manifesta-se sobre a reorganização do subsistema de inspeção no sistema de ensino em Minas Gerais.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 160, de 02 de março de 2016.





“Cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”: formação docente em tempos de pandemia

Ana Cristina Gonçalves Carvalho é Mestre em Educação e Docência, licenciada em Pedagogia. Especialista em Docência na Educação Infantil e em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Gestora de Conteúdo da Educação Infantil do Bernoulli Sistema de Ensino.

▶ Ana Cristina Gonçalves Carvalho

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz...” A letra da canção do Gonzaguinha tem um ponto de vista positivo em relação à vida, significando que ele se concentrou a olhar para o lado bom. Além disso, o cantor e compositor apresentou a possibilidade de se ter uma postura de aprendiz, apesar das adversidades.

Propomos aqui essa perspectiva: uma pandemia que já matou mais de 200 mil brasileiros também pôde nos ensinar.

Nas palavras do filósofo John Dewey, “Aprender? Certamente, mas primeiro, viver e aprender pela vida, na vida”. Foi exatamente isso que 2020 exigiu que fizéssemos. Foi um ano desafiador, tivemos que “trocar o pneu do carro com o carro andando”. Tivemos que nos reinventar para mantermos o vínculo e as atividades com nossos aprendizes.

Nesse contexto de inovação que 2020 nos trouxe, propomos refletir sobre a palavra formação. De origem latina, formatione, significa ato, efeito e modo de formar, podendo ser interpretada de diferentes formas. Neste texto será

tomado como base o entendimento de Moita “[se] formar supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações”. Como está sendo a formação docente durante a pandemia?

“Mas isso não impede que eu repita”: é possível, é possível e é possível!

Refletir sobre a formação de professores requer minimamente um olhar inquieto e desassossegado... Nóvoa nos mostra que a formação não se constrói por acúmulo de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas por intermédio de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

Gatti ressalta a importância de se considerar que os professores são seres sociais, pertencentes a um grupo social com o qual compartilha crenças, costumes e valores. Portanto, a complexidade do processo que envolve a formação docente vai além de teoria e prática, envolve também questões cul-

turais, marcadas pela história e pelas relações sociais. Tardif corrobora com a ideia de que dar aula é uma ação complexa que demanda do professor o domínio de saberes característicos e heterogêneos.

“Foi um ano desafiador, tivemos que ‘trocar o pneu do carro com o carro andando’. Tivemos que nos reinventar para mantermos o vínculo e as atividades com nossos aprendizes.”

Olhando para as possibilidades de formação docente que a pandemia trouxe-nos, percebemos que, em 2020, tivemos oportunidades singulares de participar de Seminário, Congresso, Live, Webinar, envolvendo palestras com educadores e pesquisadores renomados. Parece contraditório, mas, nesse momento de distanciamento social, conseguimos estar mais próximos de grandes pesquisadores em Educação.



“...a complexidade do processo que envolve a formação docente vai além de teoria e prática, envolve também questões culturais, marcadas pela história e pelas relações sociais.”

Para trazer dados sobre a formação docente, em tempos de pandemia, organizamos um compilado de 34 Lives realizadas pelo Bernoulli Sistema de Ensino.

Nesses eventos para professores, gestores, estudantes e pais de todos os segmentos da Educação Básica, foram discutidos temas importantes como: Alfabetização, Aprendizagem socioemocional, Avaliação, Ensino Híbrido e Novo Ensino Médio. Muitas outras temáticas também foram contempladas nessas Lives que envolveram participantes de todo o Brasil. Acesse esse acervo por meio do QR Code abaixo.



Considerando o número de acessos e de participações durante as Lives, percebemos que houve e está havendo formação docente e reflexão dos modos de ensinar que estamos vivendo durante a pandemia.

Ah, meu Deus! Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será...

A vida será melhor, porque em 2021 contaremos com a experiência e os aprendizados de 2020. Com o retorno às aulas presenciais, não abandonaremos as estratégias formativas que funcionaram no processo de ensino e aprendizagem, e continuaremos refletindo de forma crítica sobre a prática pedagógica e reconstruindo a identidade educativa.

Referências Bibliográficas

MOITA. M. da C. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, A. (Org). Vidas de

professores. Porto: Porto Editora, 1992. P. 111-140.
NÓVOA. A. (Coord.). Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
GATTI. B. A. O Professor e a Avaliação em Sala de Aula. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, p. 97-114, 2003.





Pensar e planejar o retorno ao ensino presencial

Marselha Cristina de Oliveira é administradora e Pedagoga. Especialista pela FGV em Administração de Empresas e em Gestão Educacional pela UniAraguaia. Membro da diretoria do SEPE Goiânia. Diretora da Escola Infantil São José e do Centro de Ensino São José.

Marselha Cristina de Oliveira

As mudanças e a inovação sempre foram desafios para qualquer instituição. Um estudo da consultoria global BCG mostrou que 85% das grandes empresas iniciaram processos de mudança na última década, mas 75% delas afirmaram que as mudanças não geraram resultados positivos. A pandemia obrigou-nos a inovar, a mudar e a fazer a transformação digital em um prazo inimaginável e com eficácia. Ela, com certeza, quebrou paradigmas e tendências de pesquisa sem quaisquer tipos de previsão. O legado de todas essas mudanças ainda não podemos dimensionar. Enquanto a mudança do presencial para o ensino remoto foi uma surpresa, temos agora a oportunidade de planejar-nos para o retorno gradativo das aulas presenciais. A intencionalidade desse texto é exatamente a de contribuir com esse retorno.

O retorno já aconteceu em algumas regiões do país e as experiências de cada instituição estão sendo compartilhadas para contribuir com as demais. Para pensar no retorno de forma mais clara, vamos dividi-lo em dimensões:

I) Dimensão Pedagógica

O ensino híbrido vai requerer da equipe pedagógica novas adaptações. Afinal, não temos mais o 100% presencial, nem o 100% on-line. Os ajustes passam por carga horária, por formas de inserção das crianças on-line à rotina da escola, por adaptação das estratégias pedagógicas que possam atender simultaneamente ou não aos dois públicos com suas particularidades. Nesse quesito não existe solução única para todas as escolas, nem para todos os segmentos. É importante a escola conversar com as famílias e com os docentes para encontrar o caminho que mais atenda à comunidade e à convicção pedagógica da equipe.

“É necessário essencialmente que se façam adaptações para contribuir com soluções pedagógicas adotadas e para prevenção da contaminação e disseminação do coronavírus.”

II) Infraestrutura

Aspectos físicos da escola precisam ser revistos. É necessário essencialmente que se façam adaptações para contribuir com soluções pedagógicas adotadas e para prevenção da contaminação e disseminação do coronavírus. Portanto, será preciso (a depender da estratégia adotada) instalação de novos equipamentos e de uma comunicação visual para reforçar medidas de prevenção, reorganização de carteiras escolares para atender ao distanciamento, instalação de dispensers de álcool em gel, reorganização de espaços coletivos, retirada de catracas, instalação de tapetes sanitizantes, acrílicos nos locais de atendimento, entre outros. Para isso, o gestor escolar pode contar com o apoio e orientação de infectologistas e consultorias especializadas.

III) Treinamentos

As mudanças na estrutura, novos procedimentos para prevenção de contaminação, compra e obrigatoriedade de uso de novos EPIs são alguns pontos que vão requerer mudanças nos processos dos colaboradores e

prestadores de serviço dentro da escola. O treinamento e apresentação detalhada das formas de profilaxia são fundamentais para esse retorno. Afinal, novidades não faltam, não é mesmo? O retorno gradativo das equipes ao presencial viabiliza que o gestor possa fazê-lo de forma mais pausada e supervisionada para garantir as correções necessárias. Uma atenção especial precisa ser destinada à equipe de limpeza que terá importante papel na prevenção de contaminação por superfícies. É necessário treiná-la para novos processos, assim como para o uso de produtos mais eficazes, alguns até então de uso apenas hospitalar.

“As medidas de prevenção e os novos ajustes pedagógicos podem requerer alterações nos tamanhos das equipes e adaptações para garantir segurança aos profissionais que são do grupo de risco.”

IV) Equipe de profissionais
As medidas de prevenção e os novos ajustes pedagógicos podem requerer alterações nos tamanhos das equipes e adaptações para garantir segurança aos profissionais que são do grupo de risco. É importante que o gestor esteja atento às necessidades de remanejamento e de contratação para atender a essas novas necessidades. Os médicos do trabalho podem dar importante suporte ao gestor, assim como às equipes de recrutamento e seleção.

V) Aspectos Emocionais

Não podemos negligenciar esse importante ponto: sua equipe está emocionalmente pronta para esse retorno? O apoio de um profissional ou um momento de conversa sobre como lidar com o medo, com o seu luto e com o luto dos alunos pode contribuir para que os profissionais da equipe possam estar motivados para todas essas mudanças. O apoio da equipe e o bem-estar psicológico será a chave para que o gestor possa superar a implantação dos novos processos e a insegurança das famílias no retorno.

VI) Aspectos legais

A pandemia trouxe aos gestores um tsunami de notas técnicas, resoluções, pareceres jurídicos e protocolos. Observar com atenção os aspectos jurídicos do direito do trabalho buscando orientações preventivas com advogados trabalhistas e médicos ocupacionais pode trazer mais segurança à instituição. A equipe de coordenadores pedagógicos precisa estar empenhada em atualizar-se com as novas resoluções, notas e orientações emitidas pelos conselhos de educação, principalmente, em âmbito estadual e municipal. Além de toda equipe de liderança estar sempre revisitando protocolos oficiais de biossegurança estabelecidos para o segmento educacional pelos órgãos de saúde. Pensando nas relações com os alunos e famílias, surgem demandas como ajustes no contrato de prestação de serviços, termos de consentimento para retorno ao presencial, atualizações de dados etc.

VII) Alunos e famílias

O aluno é o foco de qualquer instituição educacional e é

sempre pensando no seu desenvolvimento que nós estamos sempre nos reinventando. A pandemia e todas as adaptações do ensino remoto nos ensinaram que a comunicação transparente e a parceria com as famílias e os alunos fazem toda a diferença. Cada instituição tem impressa, no seu DNA, a forma de cuidar e zelar dessas relações. Estar atento, comunicar bem e por vários canais são estratégias que podem garantir que todos compreendam as mudanças, estejam empenhados com as adaptações atuais e as que invariavelmente surgirão nesse processo.

Para finalizar....

O gestor escolar precisa pensar em todas essas dimensões, além de muitos outros aspectos correntes da instituição, além de considerar a imprevisibilidade do momento, a velocidade em que o ambiente impõe mudanças e necessidades de adaptação. O segredo do sucesso da gestão é sempre muito individual e alinhado às crenças da instituição, da sua história e da força do trabalho em equipe. Cada gestor escolar já pode ser considerado vencedor pela caminhada até aqui: pela resiliência e pela força de conduzir sua equipe diante de um ano sem precedentes que foi 2020. O ano de 2021 será desafiador, mas são os desafios que ampliam nossos limites e nos fazem mais fortes. Para finalizar, deixo um versículo bíblico para refletir: “Pois, quando sou fraco, é que sou forte.” (2 Coríntios, 12:10)

Fonte:

É hora de tirar as barreiras que nos impedem de mudar. Produtive, 2021. Disponível em: <https://www.produtive.com.br>. Acesso em: 09 de jan. de 2021.



A Missão no currículo: Projeto de Vida em Escolas Confessionais

Adriana Hassin Silva: doutora em História Social e Pedagogia, pós graduada em Aprendizagem Cooperativa, Gestão Educacional, Neurociência aplicada à Educação, entre outras. Coordenadora da Educação Básica da União Brasileira de Educação Católica.

Joaquim Alberto Andrade Silva: mestrando em educação e pós-graduado em adolescência e juventude, pós-graduando em gestão educacional. Coordenador de Pastoralidade da União Brasileira de Educação Católica (Grupo Ubec).

Afetada pelas rupturas, transformações e inovações contemporâneas, a escola de outrora não é mais suficiente para entregar à sociedade o cidadão da contemporaneidade. Há muito, o papel social da escola é formar, em detrimento de informar.

As 10 competências gerais que, na BNCC, articulam a formação para o fazer (competências 1 a 5) com a formação para o ser (competências 6 a 10), instam a tessitura de currículos que articulem uniformidade e variedade, universalidade e especificidade, pluralidade e singularidade e que preconizem pensamentos múltiplos para interações entre o local, o global e conexões com o universal, formando estudantes para um estar e um agir transformadores na sociedade. Para tanto, as habilidades socioemocionais se fazem estruturantes, sobretudo para a construção de projetos de vida resultantes de percursos formativos edificados sobre as premissas da Educação Integral.

Para as escolas confessionais, a Educação Integral orientada para o desenvolvimento do ser e do

dever é elemento constitutivo das missões institucionais. O fazer educativo de muitas dessas instituições inspira-se em carismas fundacionais caudatários de valores cristãos fortemente compromissados com a formação integral do indivíduo que é, antes ser estudante e conforme o Evangelho de João, sujeito de uma “vida em plenitude”. Assim, a instrumentalização discente para a construção de projetos de vida ganha matizes próprias da confessionalidade, referenciadas em dimensões de individualidade e coletividade que em muito têm a contribuir para a orientação filosófico-conceitual das abordagens acerca de Projeto de Vida propostas pela BNCC.

“Na dimensão do eu, autoconhecimento, autocuidado e autogestão são chaves conceituais para a construção da autoaceitação, da resiliência, da autenticidade e do esperar.”

Na medida em que a essência conceitual do Projeto de Vida orienta o desenvolvimento dos estudantes para o autoconhecimento, o planejamento de vida, a transformação de sonhos em projetos e a capacidade realizadora dos mesmos, dimensões do eu, do outro e da transcendência são tríade estruturantes de matrizes curriculares que iluminam a construção de projetos pessoais de vida.

Na dimensão do eu, autoconhecimento, autocuidado e autogestão são chaves conceituais para a construção da autoaceitação, da resiliência, da autenticidade e do esperar. É no conhecimento e no fortalecimento do eu que se constitui o indivíduo que tem a própria vida nas mãos para, com autonomia, protagonismo e liberdade, assumir decisões, abrir caminhos, sonhar com outro mundo possível, equilibrado entre aquilo que vive e o que deseja viver.

À luz da confessionalidade, busca-se oportunizar aprendizagens que transformem vidas, fundadas na capacidade humana de construir soluções e novos

horizontes, para si e para o outro, na perspectiva do “educar para ser mais” exortada por Freire.

No campo referente ao outro, respeitar, cuidar, confiar, colaborar e conviver são horizontes necessários à formação do indivíduo cujo projeto de vida pode e deve incluir a humanidade como meio de realização. Um verdadeiro e permanente ubuntu, posto que eu sou porque somos. E, assim, projetos de vida que oprimem os estudantes pelo peso e solidão das próprias escolhas são transformados pela aceitação das limitações das respectivas humanidades e, conseqüentemente, pelo exercício empático e de acolhida àqueles que nos rodeiam.

“No campo referente ao outro, respeitar, cuidar, confiar, colaborar e conviver são horizontes necessários à formação do indivíduo cujo projeto de vida pode e deve incluir a humanidade como meio de realização.”

A orientação para servir, tão própria dos valores cristãos, também transforma perspectivas dos projetos e vida e contribui significativamente para a formação cidadã e para a escolha profissional, convidando o estudante a investigar, de modo consciente, a fonte da própria felicidade para construir os caminhos dessa conquista como meta objetiva do projeto de vida pessoal.

Da transcendência, quer associada ao fenômeno religioso ou ao confronto filosófico entre o real

e o percebido pela consciência, a orientação confessional dos projetos de vida convida o estudante a transcender a si mesmo. Convida a um projeto de coletividade que se traduz no humanismo solidário. Convida ao compromisso com a Ecologia Integral e com a Casa Comum.

“As 10 competências gerais que, na BNCC, articulam a formação para o fazer (competências 1 a 5) com a formação para o ser (competências 6 a 10), instam a tessitura de currículos que articulem uniformidade e variedade, universalidade e especificidade, pluralidade e singularidade e que preconizem pensamentos multimodais para interações entre o local, o global e conexões com o universal, formando estudantes para um estar e um agir transformadores na sociedade.”

Convida, enfim, a um caminhar que esculpe a interioridade e o reconhecimento do divino que habita em cada ser humano. Um caminhar que permite ao estudante perceber a sacralidade conectada à vida e à própria existência. Um caminhar sadio e potente pelas tantas ressurreições constitutivas do viver.

Existem, contudo, muitas for-

mas de caminhar... Como turista, distraído. Como andarilho, errático. Como peregrino, missionado. Para a peregrinação intencional rumo à esperança e à utopia coerente com a Educação Integral e a confessionalidade, os currículos orientados à construção de projeto de vida precisam ser bússola para indicar o caminho, cajado para apoiar a caminhada e lâmpada para iluminar os passos dos caminhantes. Pois “É o andar que faz, de uma estrada, um caminho.” (Nodari, 2015, p33).

Bibliografia

- COSTA, M. Discernimento vocacional: estratégias, subjetividade e itinerários. SP: Ed. Paulinas, 2019.
- FRANCISCO. Evangelli Gaudium. SP: Paulus, Loyola, 2013.
- _____. Laudato Si’. SP: Paulus, Loyola, 2015.
- FREIRE, P. Pedagogia da esperança. SP: Paz e Terra, 1992.
- LELOUP, J. O sentar e o caminhar. Petrópolis: Vozes, 2013.
- NODARI, P. C. Compreender e agir. Porto Alegre: Evangraf, 2015.
- TEIXEIRA, C. L. (org.). Marcando história: elementos para construir um projeto de vida. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude (CCJ), 2005.





O conhecimento tem a sua beleza inerente

Camila Frazão é pedagoga, especialista em Orientação escolar; Adepta da Comunicação Não Violenta e da Programação Neurolinguística; professora do Colégio Marista Dom Silvério.

 Camila Frazão

Você já reparou na relação entre o saber e a beleza... Certamente essa é uma reflexão que não está em nenhuma cadeira da faculdade, talvez porque assim opta o sistema ou por não saberem mesmo.

“Toda educação é, na verdade, uma autoeducação, do mestre e do aluno, do individual e do coletivo.”

Aula sem beleza é aula que deixa a desejar, que não toca a alma do aluno, que não aguça a busca pelo novo e, sem beleza, o aluno não se conecta nem ao todo nem a si, não fica atento, não entende e não pertence.

O conhecimento tem a sua beleza inerente, não corre o risco de achar que o despertar estará em um slide fluorescente ou neon, em excelentes métodos, em tecnologias avançadíssimas, mas sim quando a alma do docente abre-se, conecta e conversa com

o seu aluno. Quando o valor da práxis amorosa do próprio ato de ensinar vem carregado do verbo esperar, capaz de ser a força motriz do movimento, afinal quem não está em movimento não está em lugar nenhum, não é capaz de traçar metas, buscas e objetivos.

Se você ainda acha que isso tudo é de somenos importância, talvez não tenha entendido sobre o mais simples. A beleza é o que desperta quaisquer sentidos, é o que escancara a porta para o conhecimento, é o que traz entendimento a todas as coisas.

Esse despertar, caro mestre, é escolha, sem a qual corre-se o risco tênue de que se torne um animador em busca de alunos atentos.

Toda educação é, na verdade, uma autoeducação, do mestre e do aluno, do individual e do coletivo. E a pessoa que está abastecida de beleza é cativa da vontade, caminha para o entendimento das coisas, é capaz de lidar com mais coerência com os erros inerentes aos

caminhos do aprendizado, tem mais disposição, distancia-se da apatia, da falta de propósito.

A aprendizagem acontece de dentro para fora, então se quiser alunos conectados à essência, desperte, antes de qualquer outro recurso, a beleza, aproprie-se da etimologia da palavra educar, que significa conduzir, e desperte as individualidades.

“Aula sem beleza é aula que deixa a desejar, que não toca a alma do aluno, que não aguça a busca pelo novo e, sem beleza, o aluno não se conecta nem ao todo nem a si, não fica atento, não entende e não pertence.”





O “novo normal” em período integral: a importância da relação entre escola e família

Prof.ª Marta Relvas é Bióloga. Dr.h.c em Educação, Psicopedagoga ABPp-RJ. Membro na Categoria de Professora Pesquisadora da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento (SBNeC). Autora de livros pela Wak Editora.

▶ Prof.ª Marta Relvas

A relação entre as escolas e as famílias ganhou ainda mais importância durante a pandemia. Neste novo cenário, ela será fundamental para o aprendizado dos alunos. Mas o que é considerado o “novo normal”? A adaptação às novas regras éticas sanitárias que estão fazendo parte do nosso dia a dia, que aliás, sempre deveriam ter sido cumpridas, e que nunca foram valorizadas?

Cabe a nós uma profunda reflexão, pois elas precisarão ser internalizadas como normais. Por exemplo, o uso de máscara de proteção, a lavagem das mãos, higienização e assepsia dos ambientes, evitar aglomerações de pessoas, seguir as regras de etiqueta e boas maneiras ao tossir, espirrar, usando o braço como barreira protetora, enfim, nada é novo quando se pensa sobre regras de educação sanitária e convivência social.

Por isso, não entendo como um “novo normal”, mas, como uma aprendizagem extremamente importante para vida de todos os humanos, desde a infância até a idade adulta, que permeará pela

informação e orientação da família e que deverá ser reforçada na escola.

É tempo de retorno aos espaços físicos da escola, as famílias e os educadores precisarão refletir o quanto aprenderam e reinventaram-se no dia a dia.

“A escola inovou-se diante das novas metodologias digitais para dar continuidade à aprendizagem acadêmica para os estudantes em ambientes virtuais em dias vividos durante a pandemia, que ainda não terminou.”

A escola inovou-se diante das novas metodologias digitais para dar continuidade à aprendizagem acadêmica para os estudantes em ambientes virtuais em dias vividos durante a pandemia, que ainda não terminou. E as famílias reinventaram-

-se nos espaços das residências, viraram home office e schooling.

Mas temos a certeza que vai passar e que aos poucos, voltaremos à convivência na modalidade presencial com os nossos estudantes, obedecendo o distanciamento corporal, com uso de protetores e equipamentos individuais.

Neste novo cenário, é necessário compreender que o grande desafio escolar não será apenas o de transmitir informações de conteúdos curriculares aos seus aprendentes, mas de refletir e exercitar sobre as competências socioemocionais apresentadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Será fundamental que os estudantes possam se expressar, por meio das suas experiências vividas, como é conviver com as emoções no distanciamento físico e social. Desenvolver competências para compreender que as habilidades socioemocionais não são teóricas, e sim práticas. Um momento de despertar para

o autoconhecimento, pelas relações intrapessoais e interpessoais aplicadas às habilidades da confiança, que serão edificadas com a empatia.

“O desafio da escola e da família será promover ao estudante a oportunidade de refletir suas emoções individuais e sociais, dialogando que o carinho e o afeto podem ser transmitidos com o olhar e a voz da gentileza.”

Um aspecto importante para fortalecer e manter os vínculos afetivos será exercitar a autoestima e a aprendizagem colaborativa, por meio dos elogios positivos. Se o desejo do educador e da família for o compromisso com a escola humanizadora, então, será necessário o resgate do lúdico, do corpo sensorial e perceptual do olhar, do gesto afetivo e o respeito ao ser humano, diante da generosidade e a acolhida.

O desafio da escola e da família será promover ao estudante a oportunidade de refletir suas emoções individuais e sociais, dialogando que o carinho e o afeto podem ser transmitidos com o olhar e a voz da gentileza.

A importância da relação entre escola e família pós-pandemia

A função da família no pós-pandemia será a de orientação de seus filhos e filhas, a fim de refletirem que o distanciamento corporal e a higienização serão fundamentais para vencermos, de uma vez por todas, a ação dessa

micropartícula viral que se tornou ameaçadora na disseminação infecciosa entre as pessoas.

No novo cenário, sem dúvida, caberá o resgate da relação escola e família, por meio do diálogo e do respeito, compreendendo que todos estamos nas mesmas condições de vulnerabilidade infecciosa, uns mais e outros menos, mas a realidade vem descortinando para a essência humana, que o fundamental é a preservação da vida e o cuidado com o outro e consigo.

Regras e procedimentos de protocolos de higiene deverão fazer parte dos acordos entre a escola e a família, pois, ambos são responsáveis em zelar pela melhor convivência social.

E, diante dos novos tempos de convivência escolar, é de fundamental relevância ressignificar estes ambientes que deverão ser um espaço de encontro entre os conhecimentos diversos que permearão pela relação pedagógica composta por “gestor-professor-família-estudante-conhecimento”, envolvidos em diferentes dimensões.

Podemos destacar as de ordem afetiva, relacionadas às expectativas de cada um; às de ordem pedagógica, relacionadas aos recursos didáticos e diferentes metodologias de ensino que o educador poderá ter à sua disposição; e as de ordem epistemológica, relacionadas às características do conhecimento que se deseja ensinar.

Todas essas dimensões estão envolvidas na tomada de decisões de todos os envolvidos, o que exigirá um trabalho de constante aperfeiçoamento e

sensibilidade.

Escola e família diante dos novos tempos, deverão reconhecer que as novas modalidades no ensino, serão as novas possibilidades no aprender.

E a principal função e aprendido será a integração da saúde mental, cognitiva, afetiva do estudante, no qual a afetividade deverá ser construída, por meio de um vínculo de confiança, além de estar atento às emoções para saber lidar na sala de aula e/ou em casa, na resolução de problemas, na busca do crescimento e desenvolvimento saudável de todos envolvidos.

A relação entre escola e família é um assunto que deve ser dialogado, pois, quando se trata de educação de crianças, adolescente e jovens, é preciso unir estes contextos em uma relação estável e construtiva no compartilhamento de critérios educativos comuns capazes de promover cada vez mais aos educandos uma aprendizagem de qualidade.

Essa relação precisa ser considerada como ação fundamental para a educação, pois são instituições complementares no que diz respeito ao desenvolvimento harmonioso de crianças e adolescentes, na busca de evoluir em todos os aspectos de aprendizagem.





Educação emocionante

▶ Paulo Volker

O Nome da Rosa – Umberto Eco

Na década de 80, publiquei em uma revista da Faculdade de Letras da UFMG, um artigo sobre o ensino da língua portuguesa. No artigo, perguntava-me sobre a dificuldade de aprender nas condições que a escola estabelecia. Era como se a escola fosse estruturada para ser um obstáculo, não uma ponte, para o conhecimento. Esse obstáculo nascia na sua estrutura física, sua quadradura, o rigor dos seus padrões e procedimentos e, acima de tudo, o fato de ser sisuda.

Ser sisudo é ser carrancudo, demonstrar mau humor. O avesso da alegria, do sorriso, do júbilo. Geralmente as pessoas, a grande maioria das pessoas, pergunta-se sobre a causa da escola apresentar-se sisuda. Como se a aprendizagem fosse própria desse tipo de ambiente. As respostas à minha pergunta apontava para a necessidade de conter o corolário da alegria, que são o prazer, a espontaneidade, a festa, a expressividade. E, claro, sempre se liga essas palavras com desordem, bagunça, baderna.

Excluir a alegria da escola, evitar que a alegria seja o fundamento de qualquer pedagogia é um dos

aspectos que o modelo inglês de educação exportou para todo o mundo, que incluía uma tentativa bem mais ousada e imprudente. O objetivo era excluir a emoção.

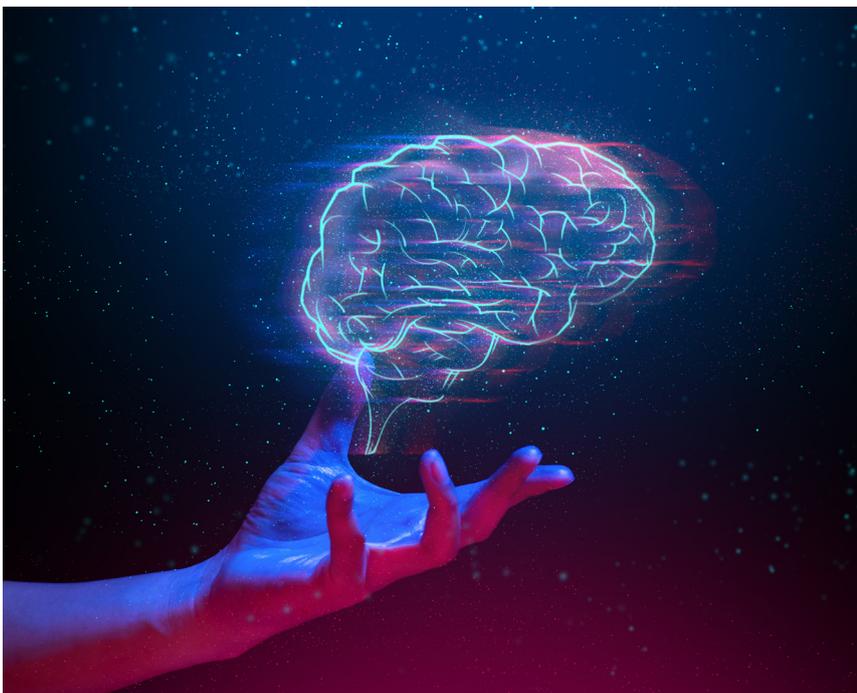
“O objetivo era garantir um ambiente equilibrado, destituído de humores, impróprio para exageros de todas as ordens. Ou seja, o problema era as emoções.”

Quando, em 1801, o professor de geografia James Pillans, diretor da Old High School, em Edimburgo, na Escócia, inventou o quadro para escrever com o giz, o império inglês começou a exportar essa tecnologia para todo o mundo. Mas, junto com ela, também foram exportados manuais de gestão escolar, como o famoso “Classroom Management: Its Principles and Technique” de William Chandler Bagley. A tecnologia de apresentação de “um para muitos”, é o grande benefício do

quadro negro. O benefício do “manual de gestão” era estabelecer os pré-requisitos para essa tecnologia funcionar. Como diz explicitamente Bagley, para se ter o comportamento adequado, é necessário fazer “...tudo o que for necessário para tornar-se uma questão de costume invariável [que] deve se tornar consciente para os alunos desde o início, depois reforçado explicitamente e mantido rigidamente, contra toda a tendência de agir de qualquer outra maneira”. A questão do controle e da disciplina ocupam a maior parte do manual.

Mas o problema não se restringia à alegria. Da mesma forma, as tristezas, as frustrações e os sofrimentos não podiam ter manifestação. O objetivo era garantir um ambiente equilibrado, destituído de humores, impróprio para exageros de todas as ordens. Ou seja, o problema eram as emoções.

Por isso mesmo, essa palavra é claramente evitada nos principais textos da educação, em grande parte do séc. XX. Esse objeto, a palavra emoção, na grande maioria dos livros espe-



cializados e manuais de educação, tem uma frequência de uso pequena, na passagem do sec. XIX para o sec. XX e só vai ganhar evidência na segunda metade do sec. XX, para se tornar muito importante no sec. XXI (1). O crescimento da frequência de uso da palavra emoção ocorre fundamentalmente pelo nascimento da “Ciência do Cérebro”, as neurociências.

A “Ciência do Cérebro”, obrigou-nos a pensar sobre nós mesmos de uma maneira diferente. Essas ciências entregaram para o ser humano um novo continente, assim como os viajantes do sec. XVI mostraram-nos um novo mundo. Esse novo continente é o nosso sistema nervoso, comandado pelo nosso encéfalo, que tem como coroa o nosso neocortex. O que ocorre nesse sistema é da ordem do espetacular, quando ganhamos a condição, pela fantástica tecnologia das imagens, de ver, medir, registrar e testar bilhões de ações e reações elétricas, químicas e musculares que caracterizam a nossa vida nervosa.

Por isso, podemos afirmar que ser emotivo não é uma opção do humano. Não há outra alternativa. É o modo de ser do humano. Chegando a essa conclusão, perguntamo-nos o que ocorre na escola quando há medo, disseminação de ameaças, coerções, bullying, constrangimentos, desinteresse? Existem várias respostas para essa pergunta, mas uma é clara, não há aprendizado.

A “Ciência do Cérebro” mostrou-nos, através dos fantásticos trabalhos sobre memória, desenvolvidos por A. Koeppe (2), que a memória das experiências emocionantes é inesquecível. Ou seja, quanto mais emocionante for uma experiência, mais se aprende. Agora, no início do sec. XXI, principalmente com os estudos e pesquisas com crianças, como os desenvolvidos por profissionais como Alison Gopnik, professora de psicologia e professora associada de filosofia na universidade da Califórnia, Berkeley (3), que a questão das emoções começou a ser efetivamente abordada.

“A “Ciência do Cérebro” mostrou-nos, através dos fantásticos trabalhos sobre memória, desenvolvidos por A. Koeppe (2), que a memória das experiências emocionantes é inesquecível.”

Basicamente, esses profissionais, em várias partes do mundo, que descobriram a fantástica capacidade cerebral das crianças, demonstraram que a alegria é a base emocional da aprendizagem profunda.

Em várias escolas do mundo, inclusive no Brasil, é possível detectar um movimento dos educadores em direção à tentativa de realizar uma educação emocionante. Basicamente, é a educação realizada por um educador emocionado que, por sua expressão emotiva, de forma empática, emociona também seus alunos. Tudo isso se dá em torno de um emocionante cenário de aprendizagem que, por sua riqueza, diversidade e complexidade, desperta a curiosidade, o interesse e o prazer dos alunos e do professor em explorá-lo.

Referências

- 1) - Volker, Paulo - Educação Emocionante - Ed. MDH.2021. BSB. p.210
- 2) - op.cit. p.130





Passar de ano é preciso. Aprender não é preciso?

Carmen Lucia Göbel Coelho é psicóloga clínica e escolar. É graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também cursou mestrado e doutorado em Psicologia. Possui, ainda, formação acadêmica em Psicopedagogia pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia. Atualmente, trabalha com psicoterapia de base psicanalítica on-line e presencial e como psicóloga escolar no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

▶ Carmen Lucia Göbel Coelho

O que o aluno faz na escola? O que se faz na escola?

Vale, aqui, refletir sobre o que pensam alunos e alunas em relação ao próprio desempenho no colégio. Muitos parecem acreditar que estão lá apenas para passar de ano. Isso significa que precisam se embrenhar numa saga estressante que envolve estratégias que os livrem da “chatice” de ter que estudar, isto é, perder um tempo precioso que poderia ser usado em outras atividades, segundo eles, muito mais interessantes. Será mesmo? Gastar horas nessa tarefa não poderia ser estimulante, interessante ou, ainda, desafiador? Tal consideração nos leva a outro questionamento: de onde vem essa maneira de pensar?

Pois bem, somos seres datados e sociais, como propõe a psicologia sócio-histórica, ou seja, pensamos, sentimos e agimos de acordo com o tempo em que estamos vivendo e com a cultura em que estamos inseridos. Então, o jeito como encaramos o aprendizado sistemático pode

ser guiado pelo modo como a educação formal foi ensinada em um passado recente.

Oriundos de uma sociedade industrial, formatada a partir do modelo da máquina, na qual o foco era transmitir informação, passamos a funcionar para ter a cabeça cheia e para reproduzir o conhecimento. Nas avaliações, por exemplo, era preciso responder às questões exatamente como estava escrito em nossas anotações ou no livro didático.

E por que razão isso é importante? Porque a nossa inteligência se desenvolve de acordo com os desafios impostos a ela, como diz Vergnaud, pesquisador francês, matemático e especialista em aprendizagem. Então, quando somos levados a memorizar e a utilizar táticas de decoreba, iremos, provavelmente, estudar na véspera e pouco antes de uma prova e poderemos esquecer essa matéria assim que terminar a avaliação. O contrário acontece quando aprendemos aquilo

que estamos estudando, porque compreendemos o que foi lido ou ouvido e o tema fará sentido. No primeiro caso, ou seja, a decoreba torna-se uma tarefa árdua e pouco eficiente quando se trata de utilizar as informações para pensarmos o mundo. O planeta mudou. Estamos na era digital que transborda informações e que demanda pessoas críticas e reflexivas para navegar em um mar de conteúdos.

“É o mundo da velocidade, da transformação, da incerteza e da suposta instantaneidade. Não dá, nem é preciso sair decorando as matérias. Ao contrário, a ‘pegada’ é entender, é compreender.”

É o mundo da velocidade, da transformação, da incerteza e da suposta instantaneidade. Não dá, nem é preciso sair decorando as matérias. Ao contrário, a

“pegada” é entender, é compreender. Dessa forma, concordamos com a pesquisadora Linda Baker, que estuda a compreensão leitora, quando diz que, para aprender, é preciso compreender para depois lembrar.

Nessa direção, de acordo com os pesquisadores da aprendizagem Ron Ritchhart e David Perkins, podemos considerar que aprender é uma consequência de pensar. Esses estudiosos afirmam que aprendemos quando conseguimos pensar com e sobre um determinado conteúdo. Por exemplo, se aprendi o que é reciclagem, consigo pensar em descartar e reutilizar o lixo da minha casa. Nesse caso, estou pensando com o conteúdo. No entanto, se me pedirem para explicar o que é reciclagem, como se dá a reciclagem em nossa sociedade, qual legislação tem apoiado a prática no país etc., estamos pensando sobre o conteúdo.

Qual é a diferença entre a abordagem tradicional e essa última?

Em uma visão, buscamos a informação para realizarmos tarefas e avaliações, como se fosse um fim em si mesmo. É claro que também aprendemos assim, mas é uma forma mais mecanizada, menos reflexiva.

Na outra visão, as informações podem ser transformadas em conhecimento de modo mais confortável e adequado ao contexto do mundo em que vivemos. Como já dissemos, na contemporaneidade, já não precisamos tanto de pessoas que trabalhem de maneira mecanizada, porque a máquina faz isso. Trabalhos intensivos em atividade física estão sendo, cada vez mais, substituídos por tecnologias de ponta

que direcionam o trabalho humano para novas áreas de conhecimento e de atuação. Então, parece razoável supor que precisamos nos adequar a esse cenário, desenvolvendo habilidades e competências que favoreçam a navegação nesse mar de conteúdos, de demandas e de atitudes pertinentes.

O que é necessário fazer, então?

Se você entendeu que o mundo mudou e que precisamos nos ajustar a ele, é necessário entender o que facilita e o que não facilita a sua compreensão, a sua aprendizagem.

Em primeiro lugar, não vamos demonizar a maneira como a educação chegou até aqui. Afinal, se tudo fosse tão ruim, não teríamos conseguido tantos avanços científicos. E é, justamente, por conta desses avanços que a configuração mudou. O que fazer na escola, então? Como podemos transformar algo “chato” em alguma coisa interessante?

Você já sentiu uma sensação agradável quando entendeu alguma coisa, de verdade? A boa notícia é que isso é possível, mas é necessário empenho e sistematização, ou seja, é preciso se habituar a estudar.

Você se lembra como era “sacal” escovar os dentes todas as vezes que a mãe mandava? E tomar banho? No entanto, com o tempo, é quase impossível imaginar ficar com o corpo ou os dentes sujos.

Com o estudo é a mesma coisa, se, constantemente e de forma apropriada, fazemos isso. Com técnicas adequadas, baseadas

na forma como aprendemos, é possível fazer do estudo contínuo uma alavanca fundamental para a aprendizagem. E o que aprendemos não é, apenas ou necessariamente, um monte de conteúdo para guardar, mas ferramentas/habilidades para pensar o mundo. Essas habilidades são desenvolvidas a partir daquilo que as matérias fazem-nos raciocinar para que seja possível compreender, entender, aprender e usar essa capacidade para transitar no mundo do conhecimento.

Referências bibliográficas

Baker, L. (1986). Children’s Effective Use of Multiple Standards of Evaluating Their Comprehension. *Journal of Educational Psychology*, 76(4), 585-597.

Bock., A.M. B.; M. G. M. & Furta-
do, O (Orgs). (2007). *Psicologia Sócio-Histórica (Uma perspectiva Crítica em psicologia)*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Delors, J. (org.) (1998) *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, cap. 4, p. 8.

Ritchhart, P. & Perkins, D (2008). *Making Thinking Visible. 5 Teaching Students to Think. Educational Leadership*. P. Fevereiro. V. 65 | N. 5. A. B. p. 57-61.

Vergnaud, G. (1993). Teoria dos campos conceituais. In Nasser, L. (Ed.) *Anais do 1º O Seminário Internacional de Educação Matemática do Rio de Janeiro*. p. 1-26.





Convivialidade, porque sonhos não envelhecem

Vivian Blaso é doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Complexidade – COMPLEXUS, pós-doutoranda no IEA USP em Cidades Globais, professora em Universidades, palestrante, autora do livro Cidades em Tempos Sombrios. Barbárie ou Civilização, sócia na agência Conversa Sustentável e coidealizadora do Cidades Afetivas. Signatária do Manifesto Convivialista, Artista apaixonada pelas cidades e seus movimentos, dedica-se à educação, sustentabilidade, convivialismo e ao bem viver. @cidadesafetivas

Às vésperas dos meus 100 anos, o que eu posso desejar? Desejo força, coragem e lucidez. Precisamos viver em pequenos oásis de vida e fraternidade. Edgar Morin

Sydney Cincotto Júnior antropólogo, professor, pesquisador do Núcleo de Estudos da Complexidade (COMPLEXUS) na PUC/SP, signatário do Manifesto Convivialista, coidealizador do Cidades Afetivas – um observatório dos coletivos urbanos em busca do Bem Viver, da convivialidade e da política do comum. Entusiasta dos Direitos da Natureza, dos Objetivos do Bem Viver – OBV e da cultura regenerativa. @sydneycincottojr

Convivialidade é um termo advindo da aglutinação de convivium (banquete), bonum vitae (boa vida) e con-vivere (viver juntos).

O conceito de convivialidade foi desenvolvido, inicialmente, pelo filósofo Ivan Illich com a publicação, em 1973, de Tools for Conviviality – livro no qual ele tece críticas ao modelo de desenvolvimento da sociedade tecnoindustrial baseado na exploração sem limites da Natureza, fato que geraria um profundo desequilíbrio sistêmico.

Na época, Illich tentava responder a crise multidimensional que atravessa a sociedade. Crise essa de natureza socioeconômica, moral, espiritual e ecológica potencializada pelo processo tecnológico-industrial. O autor propunha uma relação de respeitabilidade, de convivência mais harmoniosa com os seres não humanos que povoam o meio ambiente, modificando assim as

relações do homem com a natureza.

“Diante da incerteza do tempo presente precisamos ter coragem para enfrentar as forças destrutivas/ desagregadoras e junto cocriarmos vias regeneradoras da sociedade. Tecer os oásis de vida e fraternidade.”

Para tanto, Illich propõe que devemos buscar uma outra forma das sociedades lidarem com seres humanos, tecnologias (ferramentas) e natureza que não estivesse baseada na dominação e na exploração ilimitadas dos sistemas vivos para atender finalidades egoístas e utilitaristas. A convivialidade seria a via de superação

desse sistema não amigável.

Uma sociedade convivial deveria promover a solidariedade entre os homens, grupos e culturas. Investir nas relações de cooperação entre todos e colocar as tecnologias a serviço da vida, ao invés de colocar a vida para servir às finalidades de uma racionalidade instrumental.

Os ideais da convivialidade fizeram eco no círculo de pensadores antiutilitaristas e promotores do paradigma da dádiva. Capitaneado por Alain Caillé, os idealizadores do movimento convivialista contemporâneo lançaram, em 2013, o Manifesto Convivialista, ao reunir pessoas de diferentes localidades do planeta com uma preocupação em comum: superar a crise sistêmica global, que tem suas raízes na economia, na política, na degradação ecológica, no desequilíbrio social e emocional do humano.

Edgar Morin, um dos pensadores engajados no movimento dos Convivialistas, em recente entrevista sobre a crise sanitária do coronavírus, lembrou-nos que as crises favorecem ao mesmo tempo as forças de dispersão/degradação e as forças de religação/regeneração. Diante da incerteza do tempo presente, precisamos ter coragem para enfrentar as forças destrutivas/desagregadoras e junto cocriarmos vias regeneradoras da sociedade. Tecer os “oásis de vida e fraternidade”.

“A convivialidade desenvolve-se nessas redes de afeto, solidariedade e fraternidade e faz resistência à crueldade das desigualdades impostas por essa sociedade movida pelas forças degeneradoras da globalização tecnointustrial.”

Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo é título de outra obra de Edgard Morin, que foi publicada no Brasil, em 2019, com a tradução do professor e coordenador do Complexus – Núcleo de Estudos da Complexidade, Edgar de Assis Carvalho. No livro, Morin nos diz que as redes de ajuda mútua contribuem para a formação e o desenvolvimento desses “oásis de vida e fraternidade”, em suma, desses movimentos generativos do convivialismo.

A convivialidade desenvolve-se nessas redes de afeto, solidariedade e fraternidade e faz resistência à crueldade das desigualdades impostas por essa sociedade movida pelas forças

degeneradoras da globalização tecnointustrial.

Mas afinal, o que o convivialismo tem a dizer-nos?

O primeiro manifesto, denominado Manifesto Convivialista – uma declaração de interdependência, apresenta 4 princípios norteadores do convivialismo. São eles:

1. Princípio de comum humanidade: para além das diferenças de cor de pele, de nacionalidade, de idioma, de cultura, de religião, de riqueza, de sexo ou de orientação sexual existe apenas uma humanidade, que deve ser respeitada na pessoa de cada um de seus membros.

2. Princípio de comum socialidade: a maior riqueza existente é a riqueza das relações sociais concretas que estabelecemos uns com os outros no âmbito de associações, sociedades ou de comunidades de tamanho e natureza variáveis. Devemos cultivá-las.

3. Princípio de legítima individualização: permite a cada um desenvolver, da melhor maneira, sua individualidade singular, desenvolvendo suas capacidades e potencialidades sem prejudicar os outros. Diferentemente do individualismo, o princípio da individualização só reconhece valor nos indivíduos que afirmam sua singularidade com respeito à sua interdependência com os outros e com a natureza.

4. Princípio de oposição criadora: devido à individualidade singular de cada pessoa, é natural que os humanos oponham-se uns aos outros. Mas só é legítimo que o façam de

forma não destrutiva. Em suma, devemos fazer com que essas diferenças sirvam criativamente ao bem comum.

Em 2019, no segundo manifesto, foi acrescentado um quinto princípio fundamental, o princípio de comum naturalidade, que diz respeito ao fato que os humanos não vivem fora da natureza, mas fazem parte dela. Estamos em relação de interdependência com a Natureza e, portanto, temos a responsabilidade de cuidar dela.

Além do princípio de comum naturalidade o Segundo Manifesto Convivialista acrescenta um imperativo, um princípio presente em todos os 5 princípios aqui apresentados. É o imperativo de controle das nossas pulsões egocêntricas movidas pelo desejo de onipotência, desmedida e desmesurada. Ou seja, é imperativo que todos nós façamos com que a rivalidade e a competição não sejam direcionadas para interesses egoístas e individualistas, mas que sirvam para o desenvolvimento do indivíduo e do bem comum. De forma breve e sucinta podemos dizer que o convivialismo é:

...uma arte de viver juntos (convivere). Trata de uma forma de convivência que valorize a cooperação e permita, ao mesmo tempo, que os indivíduos oponham-se sem se massacrar, cuidando uns dos outros e da Natureza. (Segundo Manifesto Convivialista, p. 42)

O Convivialismo permite aos seres humanos estabelecer formas de cooperação, firmar redes de solidariedades e tecer laços de fraternidade capazes de fazer-nos progredir enquanto humanidade, totalmente conscientes dos limites do Planeta,

1 Alain Caillé, professor emérito de sociologia da Universidade Paris-Oeste-Nanterre, diretor da La Revue du MAUSS: Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales (A Revista do MAUSS: Movimento antiutilitarista em ciências sociais), uma das lideranças do movimento convivialista.

ou melhor, da finitude dos bens naturais dos quais nós necessitamos para viver e que, portanto, devemos conjuntamente cuidar de forma compartilhada dos ecossistemas bioculturais. É uma aposta na coevolução homem, sociedade, natureza.

“Em 2019, no segundo manifesto foi acrescido um quinto princípio fundamental, o princípio de comum naturalidade, que diz respeito ao fato que os humanos não vivem fora da natureza, mas fazem parte dela.”

O que é importante compreender sobre o movimento convivialista?

O convivialismo é, antes de tudo, um movimento de reinvenção dos valores, de religação do homem à Natureza, de refundação ética da sociedade e de cocriação de novas vias para a humanidade e a biosfera. No Segundo Manifesto Convivialista, as diversas iniciativas existentes ao redor do mundo, que buscam sedimentar uma sociedade mais convivial, são variadas:

- a defesa dos direitos do homem e da mulher, do cidadão, do trabalhador, do desempregado ou das crianças;
- a economia social e solidária com todos os seus componentes;
- as cooperativas de produção ou de consumo, o mutualismo, a economia para o bem comum, o comércio justo, as moedas paralelas ou complementares, os sistemas de troca local, as diversas associações de apoio mútuo;
- a economia da contribuição di-

gital (cf. Linux, Wikipedia etc.);

- o decrescimento e o pós-desenvolvimento;
- os movimentos slow food, slow town, slow science;
- a reivindicação do buen vivir, a afirmação dos direitos da natureza e o elogio à Pachamama;
- o altermundialismo, a ecologia política e a democracia radical, os Indignados, Occupy Wall Street;
- a busca de indicadores de riqueza alternativos, os movimentos de transformação pessoal, de simplicidade voluntária, de abundância frugal, de diálogo de civilizações, as teorias do cuidado (care), as novas ideias dos comuns (commons) etc. (Segundo Manifesto Convivialista, p. 41-42).

“O convivialismo é, antes de tudo, um movimento de reinvenção dos valores, de religação do homem à Natureza, de refundação ética da sociedade e de cocriação de novas vias para a humanidade e a biosfera.”

A convivialidade busca favorecer a boa convivência entre os seres humanos e das sociedades humanas com o meio ambiente. Ela reforça o sentido de pertença universal das sociedades humanas ao planeta, ou seja, potencializa o sentimento de interdependência. É a aposta de que podemos viver juntos harmoniosamente, apesar das nossas diferenças e singularidades, que devem ser acolhidas no seio de uma sociedade plural e diversa.

O convivialismo é um movimento que coloca em diálogo os diferentes saberes e modos de vida, um movimento fundado no sentimento de extrema preocupação com o futuro da humanidade mediante as ameaças que pairam sobre nós e o conjunto da vida no planeta. É um convite a resistirmos às crueldades do mundo, para sonharmos coletivamente que podemos apostar em uma sociedade mais convivial, porque sonhos não envelhecem.

FONTES

MORIN, Edgar. *Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo*. Tradução: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Palas Athena, 2019.

ILLICH, Ivan. *Tools For Conviviality*. Nova York: Harper & Row Publishers, 1973.

Manifesto convivialista: declaração de interdependência. Vários autores. São Paulo, Brasil: Annablume, 2013.

Segundo Manifesto Convivialista: por um mundo pós-neoliberal. Tradução: Thais Florencio de Aguiar. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020. (E-book). Disponível em: <<https://ateliêdehumanidades.com/2021/01/06/livro-segundo-manifesto-convivialista/>> Acesso em 29/01/2021.





O futuro da educação no pós-pandemia: educação virtual, uma “evolução” com ressalvas

Louis Allanic é Mestre em Ciências Políticas e gestor Público no tema Juventude.

▶ Louis A. R. Allanic

A pandemia do coronavírus trouxe prejuízos a vários setores da economia, sendo um dos mais prejudicados a Educação, só que, diferente da renda, não existe auxílio emergencial que possa amenizar os prejuízos que ocorreram neste setor. A perda das horas de estudo é uma tragédia monumental e terá consequências graves já no médio prazo, ou seja, em 4 e 5 anos.

Na iminência de que a pandemia perdesse mais tempo, e de que as vacinas demorem a alcançar um relevante efetivo da população, a educação virtual tem sido apontada como a “salvadora da pátria” e ainda como uma consequência natural e necessária da transformação pelo qual deve passar o setor da Educação. Mas toda “evolução” deve ser questionada quanto ao rumo e as consequências que podem trazer.

A percepção de “evolução”, na economia, tende a se remeter ao que grandes empresas estão fazendo no mercado, o que, no contexto da pandemia, tem como um dos seus exemplos mais evidente a migração das vendas das lojas físicas para as lojas virtuais. Mas o que na prática representou a explosão de comércio virtual, especialmen-

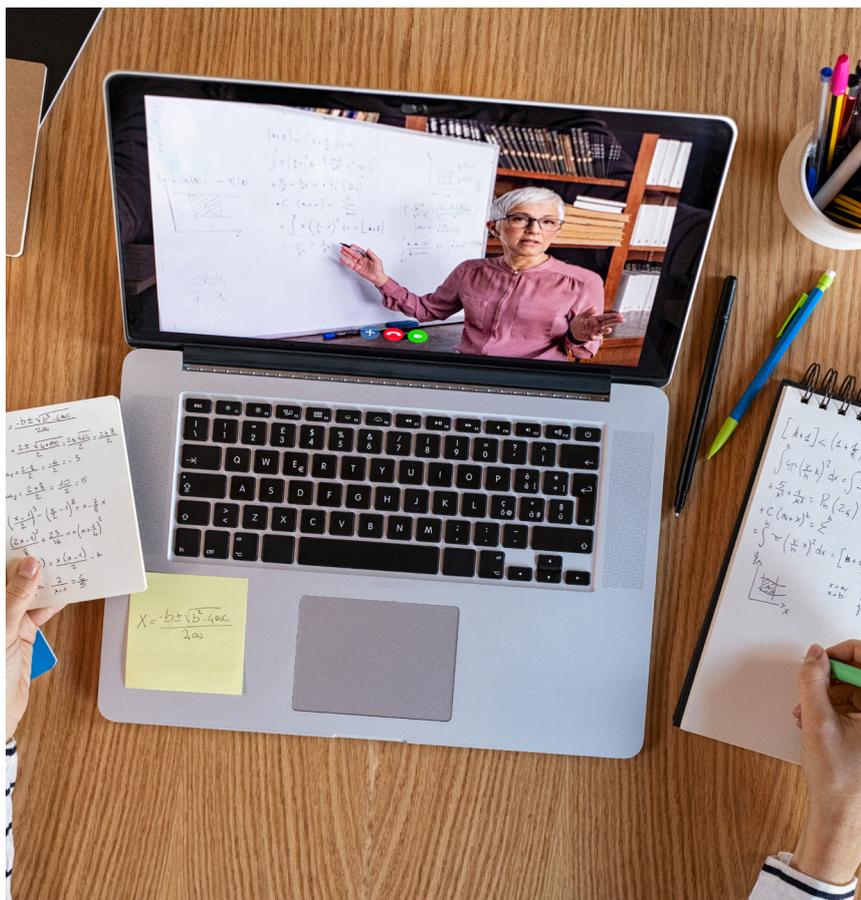
te para as grandes empresas do varejo, foi uma expressiva redução de seus custos, especialmente de custos humanos, porque, ao se concentrar nas vendas on-line, elas podem suspender suas lojas físicas e/ou fechar outras. Isso implica dispensa (desemprego) de muitas pessoas, entre eles os vendedores e suas comissões de venda; fora os custos de manutenção daqueles espaços físicos. A velha e conhecida lógica da maximização da eficiência, ou seja, da melhor relação custo benefício.

A Educação, enquanto um setor de prestação de serviços, especialmente no setor privado, também não escapa da demanda contínua por maximizar sua eficiência, ainda mais num cenário de tamanhas restrições e problemas. Nesse contexto se defende a educação virtual como uma estratégia ao mesmo tempo eficiente e oportuna: de um lado, a otimização dos recursos disponíveis, e, de outro, a única forma de oferta atual dos serviços educacionais, seria, portanto, uma “evolução” natural do setor. Mas diferentemente de outros setores de prestação de serviços, a

oferta da Educação é uma atividade intermediada. É fiscalizada por entes públicos responsáveis por diversos aspectos em sua prestação, e isso deveria implicar um planejamento coordenado sobre os rumos da educação virtual, em que os diversos atores fossem integrados ao debate, mas não é o que ocorreu, nem deve ocorrer nos próximos meses, a despeito dessa modalidade ganhar destaque como jamais ocorreu antes.

“A Educação, enquanto um setor de prestação de serviços, especialmente no setor privado, também não escapa da demanda contínua por maximizar sua eficiência, ainda mais num cenário de tamanhas restrições e problemas.”

Portanto, apesar de diversos mecanismos de educação virtual já existirem em diversas escolas, a pandemia apressou seu uso sem o devido planejamento integrado entre professores, estudantes e seus familiares. O problema é quando a expansão da educa-



“Os professores perceberam como lecionar numa sala de aula é muito diferente do que preparar uma aula virtual, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista didático.”

ção virtual se dá em detrimento das salas de aulas físicas. Todos os envolvidos na Educação podem ter prejuízos imediatos e irreversíveis, acreditando que a sala de aula virtual é uma “evolução” necessária e benéfica.

No contexto da pandemia, com os estudantes em casa, as famílias sentiram na pele como é importante o acompanhamento do docente na orientação dos estudantes, ao invés dos familiares, em sua imensa maioria sem a formação técnica e didática, imprescindíveis ao trabalho do ensino. A experiência do home office, que ocorreu, e ainda ocorre em algumas famílias, mostrou que a disponibilidade de conforto, computador e internet de qualidade é vital tanto para o trabalho quanto para os estudos. E, isso além de ter custos, acarreta uma organização de convívio e divisão de horário na rotina fami-

liar, o que antes as famílias não tinham que se preocupar, pois o espaço escolar respondia, em grande parte, por essas questões.

Para os estudantes, a ausência na escola não significa somente a perda de um espaço para o aprendizado de disciplinas, ela é também um espaço de socialização dos discentes, um lugar de criação e fortalecimento de amizades entre crianças e jovens. Nas atividades esportivas, nas atividades culturais ou nas excursões escolares, por exemplo, o ambiente virtual ainda tem muito a aprender e a evoluir com a escola física. A interação social e o aprendizado que decorre dessas relações, no espaço escolar, como num jogo esportivo ou uma festa temática, não são passíveis de reprodução similar, ainda, no campo virtual.

Os professores perceberam como lecionar numa sala de aula é muito diferente do que preparar uma aula virtual, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista didático. Os recursos tecnológicos necessários a uma prática docente em sala de aula já eram conhecidos e cotidianamente manipulados pelos professores, o ambiente virtual pode exigir não somente recursos novos dos docentes, às vezes até pagos por eles mesmos, como os submetem à total dependência da internet, que bem sabemos, além de cara é ruim. Em tempos de pessoas reclusas em casa, com home office, lazer em família com a internet, os serviços não tendem a ser mais rápidos, pelo contrário. A transição da sala de aula física para a sala de aula virtual demandaria tempo e treinamento para o corpo docente migrar de ambiente, e não foi o que acon-

teceu, haja vista que a pandemia obrigou o encerramento repentino das atividades presenciais nas escolas desde março e abril de 2020.

Se ter didática e persuasão para manter a atenção de 30 estudantes, em média, numa sala de aula, já era desafiante, imaginem esta questão num ambiente virtual onde o professor sequer sabe se o aluno realmente está atento/presente na aula, ou se apenas desligou o microfone/webcam. No ambiente virtual os fóruns de debate não garantem à palavra escrita a mesma espontaneidade/sinceridade que ocorre na palavra falada, a simples possibilidade de que a posição e/ou opinião pessoal de um estudante fique virtualmente registrada, pode inibir os mais tímidos. A concentração conjunta que uma aula presencial demanda a um corpo discente, reunido num mesmo local, numa mesma hora, é algo que dificilmente um ambiente virtual pode alcançar com igual engajamento por parte de todos alunos, visto a possibilidade do acesso individual com horários independentes.

Mas a parte mais preocupante da educação virtual é a transformação do professor, que no espaço físico da sala é um profissional que oscila entre a oratória, a intermediação de debates e a resposta às perguntas, e que na sala virtual será reduzido a simples produtor de conteúdos, o professor conteudista/autor, sem interação com os estudantes. Havendo ainda aqueles que serão transformados em apenas um tutor virtual de alunos, em que nem o conteúdo didático com o qual trabalha lhe é possível a interferência ou é de sua autoria. Além da óbvia diferença salarial que leva uma divisão na atividade docente, pois teremos profes-

sionais com a mesma formação “lecionando” na mesma sala/turma, com salários diferentes.

“ A despeito dos problemas apontados com os estudantes e as famílias, pelo advento apressado e sem planejamento da educação virtual, é com os professores que o debate sobre a educação deveria ter mais atenção.”

Com o predomínio da educação virtual a dispensa de professores será maior quanto mais concentrado for o setor educacional. Ou seja, no caso do setor privado, quanto menos empresas dominem os serviços de educação, menos professores conteudistas serão necessários, e isso implica na demissão da maioria dos professores, outrora atuantes nas salas físicas, ou no “aproveitamento”, na condição de tutor, em geral, com menor remuneração, o que desestimula a carreira. A atividade docente já não é atrativa para muitos jovens, especialmente para docência no ensino fundamental e médio, vide as remunerações e carreiras. Também não é de hoje que se ventila a possibilidade de um apagão na Educação, pela contínua redução na matrícula em cursos de licenciatura. Vislumbrando vagas majoritariamente na condição de tutores, em geral mais mal remunerados que os professores, a tendência é que a ascensão da educação virtual possa agravar a falta de professores num futuro mais próximo que o previsto.

A despeito dos problemas apontados com os estudantes e as famílias, pelo advento apressado e sem planejamento da educação virtual, é com os professores que o debate sobre a educação deveria ter mais atenção. A lógica da melhoria da eficiência pode entender estes profissionais, especialmente no setor privado, como custos, e como tais, estes custos podem e devem ser reduzidos, a primazia da educação virtual sobre as salas de aulas físicas não pode fazer com os professores, o que o comércio virtual fez com seus vendedores de lojas físicas, porque diferente destes, a Educação não é como um site, onde se compra um conteúdo didático, supondo que o aluno compreenda este conteúdo, sem a intermediação de um professor, ainda mais visto o baixo grau de compreensão de textos de nossos estudantes, como se pode comprovar nas várias edições do exame internacional de Educação do PISA.

Obviamente, a precaução que a pandemia exige, dificulta aulas presenciais até uma consolidação maior da vacina, isso é questão a respeito da saúde dos profissionais de educação, dos estudantes e seus familiares, mas escolas vão mesmo apostar num aumento desmedido da educação virtual? Países com muito mais estrutura tecnológica e recursos financeiros não tomaram este caminho antes e provavelmente não tomarão agora também, por que então seria sinal de “evolução” a educação brasileira acreditar que tudo será melhor no modo virtual, em detrimento das salas físicas?





Aqui sua escola pode mais.

CONHEÇA O **SinepMG**

Fundado em 16 de julho de 1947, o SinepMG é uma entidade representativa e defensora das escolas particulares localizadas em sua base territorial, a saber: Belo Horizonte e região metropolitana, cidades mineiras do Oeste, Noroeste, Sul, Sudoeste e da Zona da Mata. Presta, aos seus associados, serviços de orientação jurídica, legislação escolar, cursos, seminários, congressos de atualização pedagógica, educacional e gestão.

São mais de 70 anos a serviço da educação mineira. Nosso site (www.sinep-mg.org.br) é atualizado diariamente, além do envio de suplementos, circulares e periódicos de notícias educacionais: o BIS Notícia (informativo eletrônico enviado diretamente aos associados) e o BIS Revista (revista trimestral do SinepMG).

Venha fazer parte do nosso grupo de associados e, assim, fortalecer-nos ao somar suas forças e experiências às de todos nós. Juntos seremos, sem dúvidas, muito mais eficientes e eficazes.

NOSSA SEDE

Situada no Barro Preto, região centro-sul de Belo Horizonte, a sede do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais conta com um auditório para 150 pessoas; sala de cursos para 45 pessoas, ampla área para confraternização, sala de reuniões, de atendimento e espaço para consultas e visitas de entidades, instituições e empresas parceiras. Em nossa casa ampla e confortável, o associado e o parceiro se sentem à vontade para usufruir de nossos serviços e oferecer propostas.



NOSSOS SERVIÇOS

**CONSULTORIA JURÍDICA . LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL .
BIS NOTÍCIA . NEGOCIAÇÕES . CURSOS E PALESTRAS**

ENTRE EM CONTATO E ASSOCIE-SE

Sérgio Campolina

filiacao.sinep@sinep-mg.org.br

(31) 3291-5844 / 99418-7980

 /sinepmg  @sinepmg

(31) 3291-5844  (31) 99418-7980

www.sinep-mg.org.br | sinep@sinep-mg.org.br

Rua Araguari, 644 - Barro Preto | Belo Horizonte, MG
CEP 30190-114

Seja parte de uma Escola Legal



Desde 2012, o selo "Escola Legal" é a chancela do SinepMG às instituições que estão dentro da lei e que promovem a Educação que acreditamos. Este selo é conferido, ano após ano, às escolas que têm compromisso com a ética e a qualidade e são **autorizadas e reconhecidas pelos órgãos competentes governamentais.**

www.escolalegal.org.br